

univates.br/evento/migradh

ISBN 978-85-8167-164-2

ANAIS DO

I Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos

DIAS 18 E 19 DE MAIO DE 2016

Realização:

Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento - PPGAD

Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCHS

Projeto de Extensão Interfaces

Curso de Direito - Univates

Apoio Financeiro:



Tania Micheline Miorando
Margarita Rosa Gaviria Mejía
(Orgs.)

Anais do I Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos

1ª edição

 EDITORA
UNIVATES

Lajeado, 2016

**UNIVATES****Centro Universitário UNIVATES**

Reitor: Prof. Me. Ney José Lazzari

Vice-Reitor e Presidente da Fuvates: Prof. Dr. Carlos Cândido da Silva Cyrne

Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação: Profa. Dra. Maria Madalena Dullius

Pró-Reitora de Ensino: Profa. Ma. Luciana Carvalho Fernandes

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional: Profa. Dra. Júlia Elisabete Barden

Pró-Reitor Administrativo: Prof. Me. Oto Roberto Moerschbaecher

**Editora Univates**

Coordenação e Revisão Final: Ivete Maria Hammes

Editoração: Glauber Röhrig e Marlon Alceu Cristófoli

Conselho Editorial da Editora Univates**Titulares**

Adriane Pozzobon

Marli Terezinha Quartieri

João Miguel Back

Fernanda Cristina Wiebusch Sindelar

Suplentes

Fernanda Rocha da Trindade

Ieda Maria Giongo

Beatris Francisca Chemin

Alexandre André Feil

Avelino Tallini, 171 - Bairro Universitário - Lajeado - RS, Brasil

Fone: (51) 3714-7024 / Fone/Fax: (51) 3714-7000

editora@univates.br / <http://www.univates.br/editora>

S471 Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos (1. : 2016 :
Lajeado, RS)

Anais do I Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos,
18 e 19 de maio de 2016, Lajeado, RS / Tania Micheline Miorando,
Margarita Rosa Gaviria Mejía (Orgs.) - Lajeado : Ed. da Univates,
2016.

73 p.

ISBN 978-85-8167-164-2

1. Direitos Humanos 2. Migrações 3. Anais I. Título

CDU: 342.7:314.7

Catalogação na publicação – Biblioteca da Univates

**As opiniões e os conceitos emitidos, bem como a exatidão, adequação e procedência
das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores.**

APRESENTAÇÃO

O Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos, realizado nos dias 18 e 19 de maio de 2016, é fruto de um projeto de pesquisa intitulado “Imigração haitiana no Vale de Taquari, análise de um processo em construção a partir de um estudo de caso”. O projeto é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e se desenvolve junto ao Programa de pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento PPGAD) e ao Centro de Ciências Humanas e Sociais da Univates, fazendo também parte do projeto de extensão Interfaces.

A temática das migrações e suas relações com os direitos humanos estão na ordem do dia dos debates, tanto em nível nacional quanto internacional. A proposta do Seminário foi de criar um espaço de discussão, reunindo especialistas de diferentes áreas para refletir sobre as consequências do fenômeno migratório e suas implicações no âmbito das cidades e países nos quais eles ocorrem.

Um dos resultados do Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos foi a constituição de um núcleo de pesquisa sobre migrações no sul do Brasil. Por meio desse será possível estabelecer parcerias e canais de comunicação entre pesquisadores nacionais e internacionais. Na tarde do dia 19/05/2016 compareceram e se apresentaram 31 pesquisadores e professores interessados em participar do Núcleo, que recebeu o nome de Migrações Internacionais e Pesquisas da Região Sul do Brasil (MIPESUL), com sede na Univates.

Durante esse evento tivemos discussões teóricas e análises de realidades empíricas diversas, as quais permeiam os 55 resumos dos trabalhos apresentados nos Anais do Seminário Internacional Migrações e Direitos Humanos. O evento permitiu o diálogo interdisciplinar entre pesquisadores que se debruçam sobre o assunto, reunindo professores e alunos de diversas Universidades e membros da sociedade civil para participar dos Grupos Temáticos constituídos, das rodas de conversa com representantes de movimentos sociais e imigrantes, dos painéis e palestras sobre direitos humanos, migrações e saúde. Pensamos em conjunto sobre os impactos sociais e culturais das migrações e suas relações com a garantia dos direitos humanos. Nesse sentido, o Seminário abordou também questões de gênero, identidade, etnicidade, relações de trabalho, saúde das populações migrantes, bem como as políticas públicas que se dirigem a essas populações.

Finalmente, assinalamos que este evento é resultado de um esforço coletivo de pesquisadores e estudantes que, sensíveis às temáticas propostas, engajam seus esforços na construção conjunta de um projeto comum que, frequentemente, transcende seus próprios objetos de estudo.

A todos os participantes nosso muito obrigado!

Comissão Organizadora

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenadores do Evento:

Daniel Granada da Silva Ferreira

Margarita Rosa Gaviria Mejía

Comissão Organizadora:

Daniel Granada da Silva Ferreira

Fernanda Pinheiro Brod

Ioná Carreno

Márcia Solange Volkmer

Margarita Rosa Gaviria Mejía

Rosmari Terezinha Cazarotto

Tania Micheline Miorando

Comissão Científica:

Daniel Granada da Silva Ferreira

Fernanda Marders

Fernanda Pinheiro Brod

Ioná Carreno

Márcia Solange Volkmer

Margarita Rosa Gaviria Mejía

Rosiene Almeida Souza Haetinger

Rosmari Terezinha Cazarotto

Tania Micheline Miorando

SUMÁRIO

GT POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	10
Coordenadores: Bianca Bertani e Ana Luisa Reckziegel de Souza	
A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA E AS QUESTÕES RELATIVAS AOS DIREITOS HUMANOS E AO MULTICULTURALISMO NO VELHO CONTINENTE.....	11
Mateus Dalmáz, Daniela Delarmelin, Eduardo Schmitz, Fernanda C. W. Sindelar, Sabrina Thais Petter	
A JURISPRUDÊNCIA DAS CORTES EUROPEIAS EM MATÉRIA DE MIGRAÇÕES E IMPACTO NA DIMENSÃO DO RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS	12
Cristina Montefusco	
ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA DAS CIDADES DA REGIÃO NO QUESITO CONDIÇÕES DE ACOLHIMENTO DOS IMIGRANTES: ADEQUAÇÃO NOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL PARA INCLUSÃO NA COMUNIDADE, NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI-RS.....	13
Ivandro Carlos Rosa	
DIREITOS HUMANOS: A AÇÃO POLÍTICA LIVRE COMO EXPRESSÃO E ELEMENTO DE GARANTIA DA DIGNIDADE E CIDADANIA	14
Sandro Fröhlich, João Miguel Back	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO NO CANADÁ E SUAS POSSÍVEIS APLICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	15
Gilnei Luiz de Moura, Roberto Rodolfo Georg Uebel	
GT INFÂNCIA, EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS DOS IMIGRANTES	16
Coordenadores: Tania Micheline Miorando e Margarita R. Gaviria Mejía	
IMIGRAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO E O RECONHECIMENTO DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES QUE IMIGRARAM NO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DE 2012	17
Leila Viviane Scherer Hammes	
O ACESSO À EDUCAÇÃO AOS IMIGRANTES HAITIANOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ARROIO DO MEIO.....	18
Alice Krämer Iorra Schmidt, Marta Luisa Piccinini, Márcia Solange Volkmer	
REFLETINDO A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE	19
Ionice da Silva Debus	
IMIGRANTES E NÃO-IMIGRANTES: O APRENDIZADO PARA O CUIDADO - ESTÁGIO INTERDISCIPLINAR NA CURES.....	20
Aline Dargas Silva, Carla Ferreira Cunha, Larissa Elisa Feldens, Tania Micheline Miorando	
GT TRABALHO, DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÕES	21
Coordenadores: Daniel Granada, Fernanda Pinheiro Brod, Fernanda Maders	
A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DOS HAITIANOS E A CRISE BRASILEIRA....	22
Cristiane Feldmann Dutra, Rodrigo da Silva, Rodrigo Hamilton, Suely Marisco Gayer	
RELAÇÕES DE TRABALHO E DIREITOS HUMANOS NO CASO DOS HAITIANOS NO SUL DO BRASIL.....	23
Daniel Granada, Fernanda Pinheiro Brod	

A INSERÇÃO PELO TRABALHO DE IMIGRANTES HAITIANOS E SENEGALESES EM PORTO ALEGRE	24
Ana Julia Guilherme	
DINÂMICAS HISTÓRICAS E RELAÇÕES DE TRABALHO NO CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO NO VALE DO TAQUARI/RS - SÉCULO XIX	25
Karen Daniela Pires, Neli T. Galarce Machado, Magna Lima Magalhães	
GT PROCESSOS HISTÓRICOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS (PARTE 1)	26
Coordenadores: Márcia Solange Volkmer e Rosmari Terezinha Cazarotto	
IMIGRANTES AÇORIANOS E SEUS DESCENDENTES NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL: PROCESSO HISTÓRICO ENVOLVENDO MOVIMENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS	27
Luís Fernando da Silva Laroque, Julia Elisabete Barden, Ana Paula Castoldi, Cibele Caroline da Rosa	
A HISTÓRIA DOS IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES NA MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI/RS	28
Janaíne Trombini, Luís Fernando da Silva Laroque, Julia Elisabete Barden, Luciana Krebs Mallmann Kraemer	
SOCIEDADE OPERÁRIA ITALIANA DE MÚTUO SOCORRO NA COLÔNIA CONDE D'EU (GARIBALDI, SÉCULO XIX)	29
Gabriela Fachin, Márcia Solange Volkmer	
O PAPEL DO ESCRAVO NA SOCIEDADE DOS IMIGRANTES ALEMÃES DO VALE DO TAQUARI/RS	30
Fernanda Chemin Schmitt, Sérgio Nunes Lopes, Jean Lopes de Oliveira, Neli Teresinha Galarce Machado	
GT INFÂNCIA, EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS DOS IMIGRANTES	31
Coordenadora: Tania Micheline Miorando	
DIREITOS HUMANOS: UM APRENDIZADO PELA LITERATURA NA COMUNIDADE SURDA. ..	32
Letícia Maria dos Reis, Tania Micheline Miorando	
O HAITI É AQUI: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL	33
Thaís Janaina Wenczenovicz, Rodrigo Espíúca dos Anjos Siqueira	
POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS NO CONTEXTO DE ACOLHIMENTO E INSERÇÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA	34
Aline Aurea Martins Marques, Douglas Matheus de Azevedo	
LÍNGUA PORTUGUESA PARA HAITIANOS: CRESCIMENTO PROFISSIONAL E OPORTUNIDADE DE ENSINAR A LÍNGUA	35
Laís Benett Menezes, Maristela Juchum	
EDUCAÇÃO E CINEMA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA ..	36
Andressa Costa de Souza, Tania Micheline Miorando	
A HUMANIZAÇÃO E A ÉTICA ATRAVÉS DO OLHAR PEDAGÓGICO EM UM ESPAÇO NÃO ESCOLAR	37
Jonalda Zeni, Marcia Edinéa dos Santos, Poliana Wathier Barbosa, Tania Micheline Miorando	
“DESMUNDO”: UM BRASIL, MUITAS LÍNGUAS, MUITAS CULTURAS	38
Diego Vedoy, Frederico Lautert, Jonathan Giovanella Laste, Tania Micheline Miorando	

GT MIGRAÇÃO, RELIGIOSIDADE E FEMINILIZAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS	39
Coordenadores: Margarita Rosa Gaviria Mejía, Maria da Conceição Ramos e Maria Clara Mocellin	
EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS DE HAITIANOS(AS) NO RIO GRANDE DO SUL	40
Larissa Cykman de Paula	
IMIGRAÇÃO HAITIANA: ACULTURAÇÃO E GÊNERO	41
Alice Telmo, Adolfo Pizzinato	
GÊNERO E REFÚGIO: A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS HOMENS NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	42
Daniel Braga Nascimento, Joanna Burigo	
MULHERES REFUGIADAS E VULNERABILIDADE: A DIMENSÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM SITUAÇÕES DE REFÚGIO	43
Simone Andrea Schwinn, Marli M. M. da Costa	
TRAJETÓRIAS FEMININAS NA MIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL.....	44
Margarita Rosa Gaviria Mejía, Rosmari Terezinha Cazarotto	
PRÁTICAS RELIGIOSAS E IMIGRAÇÃO NO BRASIL: CARISMA E AÇÃO PASTORAL.....	45
Norberto Decker	
“COM A FACA NO PESCOÇO”: TRABALHO, MERCADO E RELIGIÃO. A CERTIFICAÇÃO HALAL E OS IMIGRANTES NOS FRIGORÍFICOS DE AVES NO CENTRO-NORTE DO RS.....	46
João Carlos Tedesco	
A RELIGIOSIDADE CATÓLICA E AS SUAS INFLUÊNCIAS NA COLÔNIA GERMÂNICA SANTA CLARA (1911-1917)	47
Simone Elisa Weber, Márcia Solange Volkmer	
PERFIL IMIGRATÓRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI.....	48
Roberto Rodolfo Georg Uebel, Aldomar Arnaldo Rückert	
GT SAÚDE E IMIGRAÇÃO	49
Coordenadores: Daniel Granada, Natália Ramos, Ioná Carreno e Ana Bonilha	
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE APOIO PARA IMIGRANTES EM PORTO ALEGRE.....	50
Nathália dos Santos Lobo, João Luís Almeida Weber, Alice Einloft Brunnet, Laura Teixeira Bolaséll, Adolfo Pizzinato	
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS IMIGRANTES EM LAJEADO-RS	51
Daniel Granada, Ioná Carreno	
CARTOGRAFIA DA ATENÇÃO À SAÚDE DE IMIGRANTES HAITIANOS RESIDENTES EM CHAPECÓ-SC	52
Ana Paula Risson, Ana Cristina Costa Lima, Regina Yoshie Matsue	
O ENVELHECIMENTO NO VALE DO TAQUARI: AS PERCEPÇÕES DOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS, ALEMÃES E AÇORIANOS	53
Jéssica Maria Moccelin, Arlete Eli Kunz da Costa, Noeli Juarez Ferla, Luis Felipe Pissaia, Claudete Moreschi	
O CRIME DE INFANTICÍDIO NO BRASIL	54
Candida Arend	
GT IDENTIDADE, ETNICIDADE E IMIGRAÇÃO	55
Coordenadores: Márcia Solange Volkmer e Rosmari Terezinha Cazarotto	
ACULTURAÇÃO EM IMIGRANTES HAITIANOS E COMUNIDADE DE ACOLHIDA.....	56
Ezequiel Simonetti Cargnelutti, João Luís Almeida Weber, Alice Einloft Brunnet, Nathália dos Santos Lobo, Adolfo Pizzinato	

APOIO SOCIAL ONLINE EM IMIGRANTES HAITIANOS NO RIO GRANDE DO SUL.....	57
João Luís Almeida Weber, Cristiano Hamann, Ezequiel Simonetti Cargnelutti, Nathália dos Santos Lobo, Adolfo Pizzinato	
PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO COMO FATOR IMPULSIONADOR DE MIGRAÇÕES E A RELAÇÃO COM DIREITOS HUMANOS E IDENTIDADE	58
Nicole Sberse Morás, Rodrigo Müller	
PROCESSOS MIGRATÓRIOS E A RELAÇÃO DE POSSIBILIDADE DO SER COM O OUTRO..	59
Artur Lazzari, Rodrigo Müller, Sabrina Thais Petter	
O TRANSMIGRANTE HAITIANO NUMA PEQUENA CIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.....	60
Rosmari Terezinha Cazarotto, Margarita Rosa Gaviria Mejía	
REPRESENTAÇÕES SOBRE MIGRAÇÃO HAITIANA: UM ESTUDO NA MÍDIA IMPRESSA DO VALE DO TAQUARI	61
Fabiane Baumann	
IDENTIDADE, CULTURA E PRECONCEITO: O ACOLHIMENTO AOS IMIGRANTES LATINOS NO VALE DO TAQUARI	62
Isabel Cristina Mera Marin , Márcia Solange Volkmer	
ETNICIDADE E IDENTIDADE: O PASSADO DE IMIGRAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMIGRANTE	63
Jéssica dos Santos, Márcia Solange Volkmer	
GT PROCESSOS HISTÓRICOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS (PARTE 2).....	64
Coordenadores: Luís Fernando Laroque e Neli Teresinha Galarce Machado	
AS RELAÇÕES DOS GUARANI COM OS ESPAÇOS OCUPADOS E AS “MIGRAÇÕES FORÇADAS” EM TERRITÓRIOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS TAQUARI- ANTAS E PARDO	65
Tuani de Cristo, Luís Fernando da Silva Laroque, Neli Teresinha Galarce Machado	
CIDADE COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA: MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS KAINGANG NO VALE DO RIO DO SINOS – TERRA INDÍGENA POR FI GÂ	66
Emeli Lappe, Luís Fernando da Silva Laroque	
MOVIMENTAÇÕES TERRITORIAIS KAINGANG NO VALE DO TAQUARI E DIREITOS HUMANOS: INTERCONEXÕES NECESSÁRIAS	67
Fabiane da Silva Prestes, Luís Fernando da Silva Laroque, Gabriel Devitte	
PROCESSOS DE TERRITORIALIDADE KAINGANG ENVOLVENDO A TERRA INDÍGENA JAMÁ TÝ TÂNĤ, ESTRELA/RS	68
Juciane Beatriz Sehn da Silva, Luís Fernando da Silva Laroque, Ernesto Pereira Bastos Neto	
A INFLUÊNCIA DOS COLONIZADORES EUROPEUS NOS DESLOCAMENTOS GUARANI, NO SÉCULO XVII, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL....	69
Marcos Rogério Kreutz, Neli Teresinha Galarce Machado	
MOVIMENTAÇÕES ENVOLVENDO INDÍGENAS KAINGANG E IMIGRANTES ALEMÃES EM TERRITÓRIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CAÍ	70
Moisés Ilair Blum Vedoy, Luís Fernando da Silva Laroque, Neli Teresinha Galarce Machado, Pedro Bitdinger Solíz	
A TERRA INDÍGENA PÓ MÁG, TABAÍ-RS, NO CONTEXTO DAS MOVIMENTAÇÕES DE RETERRITORIALIDADE KAINGANG E BUSCA PELA GARANTIA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS.....	71
Jonathan Busolli, Luís Fernando da Silva Laroque	
KAINGANG E MOVIMENTAÇÕES TERRITORIAIS: HISTÓRICO TERRA INDÍGENA PÓ NÂNĤ MÁG, EM FARROUPILHA/RS.....	72
Marina Invernizzi, Luís Fernando da Silva Laroque	

GT POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Coordenadores: Bianca Bertani e Ana Luisa Reckziegel de Souza

A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA E AS QUESTÕES RELATIVAS AOS DIREITOS HUMANOS E AO MULTICULTURALISMO NO VELHO CONTINENTE

Mateus Dalmáz¹, Daniela Delarmelin², Eduardo Schmitz³, Fernanda C. W. Sindelar⁴,
Sabrina Thais Petter⁵

Tendo em vista os milhares de imigrantes asiáticos e africanos que anualmente vem atravessando o mar Mediterrâneo em direção à Europa, notadamente a partir de 2014, e considerando a existência, por um lado, de uma política de imigração formulada pela União Europeia (UE) e, por outro, de reações autônomas por parte da sociedade civil dos países europeus em relação aos imigrantes, busca-se, nesta pesquisa, analisar a forma através da qual o organismo internacional europeu e as sociedades europeias tratam o multiculturalismo e os direitos humanos na região. Para tanto, utiliza-se como objeto de estudo as formulações previstas no Programa de Estocolmo, documento que define a política de imigração da União Europeia, bem como artigos científicos que analisam a atuação da UE e as reações sociais cotidianas à presença de imigrantes na Europa. Considera-se como hipótese que, apesar do Programa de Estocolmo prever uma atitude multilateral da União Europeia no sentido de respeitar o multiculturalismo e os direitos humanos, de acordo com os preceitos defendidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), há demonstrações xenófobas por parte da sociedade civil de alguns países do velho continente, como Alemanha, França, Grécia e Itália. Utiliza-se a corrente teórica construtivista, baseada em Barry Buzan, OlyWaever e Jaap de Wild (2008), para os quais as sociedades civis e as organizações internacionais também se constituem em atores internacionais relevantes nas Relações Internacionais, ao lado do Estado. Assim, formulações em nível institucional (como o Programa de Estocolmo) e atitudes coercitivas societárias (como as de parcelas da população europeia) se revelam condicionantes importantes do sistema internacional no que diz respeito às migrações ao multiculturalismo e aos direitos humanos. Conceitua-se o multiculturalismo conforme a perspectiva pós-moderna de Gilles Lipovetsky (2004) e a definição de Antônio Greco Rodrigues (2015), para os quais o pluralismo da sociedade ocidental admite diferentes formas de reação diante dos eventos. Caracteriza-se os Direitos Humanos conforme a definição da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2016), segundo a qual os direitos naturais clássicos identificados pela filosofia política contratualista (como o direito à vida, liberdade e propriedade) precisam ser assegurados por um direito internacional (embora aqui se questione a ótica contratualista nas Relações Internacionais), e aplica-se uma metodologia qualitativa proposta por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997) para interpretação de textos, caracterizada por uma hermenêutica que realize uma contextualização histórica das fontes, relacionando texto e contexto, sem a submissão de um pelo outro. Deste modo a conjuntura histórica multipolar, marca das Relações Internacionais após a Guerra fria, é ferramenta de análise essencial para a compreensão do conteúdo dos artigos e documentos produzidos em torno das questões relativas às migrações via mar Mediterrâneo nos últimos anos.

Palavras-chave: Imigrações. Direitos Humanos. União Europeia. Programa de Estocolmo.

¹ Univates. dalmaz@univates.br.

² Univates. danyeladelarmelin@hotmail.com.

³ Univates. dudu_peckes@hotmail.com.

⁴ Univates. fernanda@univates.br.

⁵ Univates. sabrina.petter@universo.univates.br.

A JURISPRUDÊNCIA DAS CORTES EUROPEIAS EM MATÉRIA DE MIGRAÇÕES E IMPACTO NA DIMENSÃO DO RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

Cristina Montefusco⁶

A União Europeia vive a maior crise migratória depois da segunda guerra mundial. Segundo o Eurostat, fonte estatística oficial da União, em 2015, um milhão e 320 mil migrantes apresentaram um pedido de proteção internacional nos Estados Membros da União Europeia, mais que o dobro comparado com os dados do ano anterior. Nesse contexto de crise humanitária sem precedentes, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (TEDH) e o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), de forma diferente, atuam direcionando os países da Europa na correta aplicação ou interpretação respectivamente dos valores fundamentais declarados na Convenção dos Direitos do Homem de 1950, e na mais recente Carta de Nice de 2000. Entre as sentenças mais significativas do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, se mencionamos processos *M.S.S. c. Bélgica e Grécia* de 21 janeiro 2011, e *Hirsi Jamaa e al. c. Itália*, de 23 fevereiro 2012. No primeiro caso a Bélgica e a Itália foram condenadas por terem indiscriminadamente rejeitado um grupo de requerentes de proteção internacional em direção de um país “não seguro”, a Grécia, por falta do exame individual das demandas de asilo apresentadas nos dois países, assim como de meios para recorrer contra as decisões negativas. O Tribunal pela primeira vez considera a Grécia, Estado Membro da União Europeia, um país incapaz de garantir o respeito dos Direitos Humanos dos migrantes. Seis anos depois, no caso *Sharifi e outros c. Itália e Grécia*, de 21 outubro 2014, o TEDH condena a Itália por ter rejeitado um grupo de requerentes de asilo de volta a Grécia, país considerado novamente “não seguro”. No processo C-355/10, Parlamento Europeu contra Conselho da União Europeia, o Tribunal de Justiça (Grande Secção), decide, com o acórdão de 5 de setembro de 2012, de anular a Decisão 2010/252/UE do Conselho, de 26 de abril de 2010, que completa o Código das Fronteiras Schengen no que diz respeito a vigilância das fronteiras marítimas externas no contexto da cooperação operacional coordenada pela Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros da União Europeia, porque não conforme com os Direitos Humanos e com o regime de proteção dos refugiados. O Tribunal de Justiça impõe, portanto, a revisão do ato tomado pelo poder político da União, o Conselho, sem seguir o iter legislativo ordinário de codecisão, que vê a participação do Parlamento Europeu. A Decisão 2010/252/UE do Conselho, anulada pelo Tribunal, é assim substituída pelo Regulamento UE n. 656/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014. Na Europa hoje é difícil equilibrar a exigências do respeito dos Direitos Humanos com as imediatas necessidades da gestão das migrações em um quadro multinível de tutela dos Tribunais europeus e nacionais. A solução deve ser buscada não tanto na ação das Cortes e jurisprudência, bem como na ação política dos Estados Membros da União. O legislador nacional e europeu deveria sempre avaliar a produção normativa ao respeito dos Direitos Humanos para garantir que pelo menos formalmente sejam contemplados.

Palavras-chave: Direitos humanos. Migrações. Corte Europeia dos Direitos do Homem. Corte de Justiça da União Europeia. Jurisprudência.

⁶ Doutoranda em Ciências Jurídicas. Departamento de Direito. Direito da União Europeia. Universidade Roma 3, Roma, Itália. cristina.montefusco@uniroma3.it.

ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA DAS CIDADES DA REGIÃO NO QUESITO CONDIÇÕES DE ACOLHIMENTO DOS IMIGRANTES: ADEQUAÇÃO NOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL PARA INCLUSÃO NA COMUNIDADE, NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI-RS

Ivandro Carlos Rosa⁷

O processo migratório de países como Haiti, Senegal entre outros, somados ao processo da migração interna, de municípios menores para os mais povoados e com infraestrutura consolidada, tem aumentado vertiginosamente a demanda por moradias de interesse social, bem como acomodações dignas e adequadas para acolhimento dos imigrantes. Incluindo questões geopolíticas regionais e locais, tem desafiados os municípios, um planejamento junto aos conselhos municipais de habitação e secretarias de assistência social, para fazer frente a aglomerações de pessoas em habitações precárias e submoradias, que vem surgindo na periferia das cidades. O Vale do Taquari/RS que acolheu imigrantes Haitianos e Senegaleses, concentrando os mesmos, nas cidades onde havia carência de mão de obra laboral, e onde estão instaladas grandes plantas industriais e atividade na construção civil, plantas que atuam na transformação de alimentos. O perfil destas cidades que receberam os imigrantes, principalmente Haitianos, é contrastante do ponto de vista de infraestrutura urbana. Lajeado que é considerado o centro econômico do Vale do Taquari/RS, que apresenta densidade demográfica 868,02 hab/km², contrastando, por exemplo, com Poço das Antas, que apresenta densidade demográfica de 33,88 hab/km² (IBGE 2015). Deixando explicitado nestes números a realidade distinta, e que as soluções de acolhimento não podem ser as mesmas, para todas as cidades. Logicamente as pequenas cidades terão maior dificuldade em atender as condições de moradia, lazer, esportes e convívio com as populações locais, tendo em vista o perfil de cidade, e até por não possuírem imóveis disponíveis, em quantidade, para fazer frente a esta nova demanda, e espaços públicos adaptados para receber tal incremento de pessoas de outra cultura, costumes e credos religiosos. Cabe aos municípios planejar sua expansão urbana e inclusão em seus programas municipais de habitação, para atender ao estatuto das cidades, propiciando políticas urbanas sustentáveis e de acolhimento a esta nova população. Tendo em vista o elevado custo de terrenos em áreas urbanas, e com a eminência e recorrente demonstração do desejo, em transferirem suas famílias dos pais de origem, para a nossa região, demandando investimento em transporte coletivo, serviços de saúde e saneamento básico. A falta deste planejamento pode implicar em não fornecer direitos mínimos a estes cidadãos, os quais requisitam seu auxílio e trabalho, e como contrapartida devemos reconhecer seus direitos e prover condições dignas, respeitando suas particularidades e individualidades, bem como evitar que se instalem em locais com escassa infraestrutura urbana e vulnerabilidade social com baixa presença do estado e políticas públicas.

Palavras-chave: Infraestrutura. Migrações. Acolhimento.

⁷ Centro Universitário UNIVATES, Mestre pelo PPGAD. eng.ivandro@univates.br.

DIREITOS HUMANOS: A AÇÃO POLÍTICA LIVRE COMO EXPRESSÃO E ELEMENTO DE GARANTIA DA DIGNIDADE E CIDADANIA

Sandro Fröhlich⁸, João Miguel Back⁹

A proposta do presente trabalho é a reflexão e debate sobre as problemáticas dos Direitos Humanos e Migrações a partir do enfoque filosófico e político de Hannah Arendt, diante de um cenário novo que exige uma tomada de atitude de todos. A pensadora é reconhecida por suas análises e críticas quanto à fundamentação dos Direitos Humanos como emancipação ou como direitos que emanam de um ideal de ser humano. Tomando os casos dos apátridas e das minorias excluídas a partir do modelo político do Totalitarismo, percebe-se que os direitos acabam por se reduzir a direitos restritos aos membros de uma nação. Faz-se necessário então uma reflexão sobre o passado, resgatando principalmente a questão da condição humana constituída como liberdade e participação política, na perspectiva de uma saída para a nova realidade presente. O ser humano se constrói na relação pública e livre com os demais membros da comunidade, como membro efetivo e atuante da vida e das decisões que implicam a organização social. É na garantia do direito a ter direitos que os indivíduos veem assegurada a inviolabilidade de sua dignidade humana e se constroem como sujeitos. A participação livre na vida da comunidade, através da fala e das diferentes formas de construção de si mesmo e da *polis* é que caracteriza o ser humano. Sua vida se constitui e se constrói na ação e na interação pública com os demais partícipes da sociedade; a ação – que é sempre política (na melhor acepção de seu termo) – é que confere e torna manifesta a dignidade humana. Os direitos humanos são reflexos e alicerce desta ação política pública livre, que supõe e requer a efetiva participação de todos os sujeitos na construção da comunidade humana que todos almejam e tem direito a participar e nela ser reconhecido como igual. É o direito a participar da vida da comunidade que se constitui como um direito humano inviolável e que fomenta a expansão e aceitação de pensamentos e ações plurais. A pluralidade de agentes e ações enriquece a vida em comunidade, amplia os horizontes de ação de cada um dos agentes políticos e fomenta a liberdade de construção de espaços e políticas públicas de reconhecimento dos direitos políticos e igual dignidade de todos. Pensar hoje a questão das migrações como direitos a uma participação cidadã, livre e efetiva na vida da comunidade, pode ser uma alternativa para o diálogo, a aceitação da pluralidade e a construção de políticas públicas cada vez mais humanizadoras.

Palavras-chave: Direitos humanos. Migração. Política. Cidadania.

⁸ UNIVATES, sandro.frohlich@univates.br.

⁹ UNIVATES, jmback@univates.br.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO NO CANADÁ E SUAS POSSÍVEIS APLICAÇÕES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Gilnei Luiz de Moura¹⁰, Roberto Rodolfo Georg Uebel¹¹

A conjuntura política, econômica, social e laboral do Brasil nas últimas duas décadas, em especial do Estado do Rio Grande do Sul, tem propiciado o aumento do fluxo migratório de indivíduos de diversas partes do mundo para terras brasileiras. Diante da redução do crescimento populacional e da população economicamente ativa do Estado sul rio-grandense, bem como da então crescente demanda por mão de obra especializada e vis-à-vis a necessidade imanente de voltar a desenvolver o setor econômico estadual, questiona-se a possibilidade da imigração ser uma alternativa para essa situação, visto que a população procedente de outros países possuem as mais variadas qualificações acadêmicas e profissionais. Nesse sentido, por meio da metodologia comparativa de políticas públicas, se propõe um *approach* teórico, normativo e prático entre as políticas públicas de imigração no Canadá, para o caso específico do Rio Grande do Sul. A escolha pelo Canadá perpassa por sua experiência histórica como agregador das comunidades de imigrantes, em especial asiáticos, africanos e latinos, como o próprio caso atual do Rio Grande do Sul, e implantação e renovação sistemática de tais políticas desde o ano de 1870. Um estudo comparativo acerca da atuação dos dois Estados no tocante à questão migratória justifica-se por uma série de razões, *e.g.*, a carência de análises sobre a participação do Estado diante das questões migratórias na contemporaneidade, e a tendência apresentada pelo Brasil contemporaneamente na recepção de imigrantes devido a um conjunto de fatores, dentre eles o desenvolvimento econômico dos últimos anos e o reconhecimento do país como uma potência regional. O trabalho identifica a existência de pontos de convergência e aplicabilidade entre os sistemas normativo-jurídicos do Canadá e Brasil, além de propor aos gestores públicos, um sistema de seleção de imigrantes por pontos, visando a otimização dos fluxos migratórios como recurso para o crescimento do Estado. Por fim, apesar de o Canadá adotar um caráter estatista de formulação de políticas públicas de imigração, ao passo em que no Brasil se adota um voltado ao multicêntrico, essa diferença não se mostra impeditiva para uma possível aplicabilidade no contexto brasileiro, uma vez que é por meio da sua multilateralidade que as experiências e práticas externas se mostram passíveis de proposições à formulação de uma determinada política.

Palavras-chave: Políticas públicas. Política migratória. Canadá. Rio Grande do Sul.

¹⁰ Professor do Departamento de Ciências Administrativas e Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade Federal de Santa Maria. mr.gmoura.ufsm@gmail.com.

¹¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pesquisador do Laboratório Estado e Território (LABETER/UFRGS). roberto.uebel@ufrgs.br.

GT INFÂNCIA, EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS DOS IMIGRANTES

Coordenadores: Tania Micheline Miorando e Margarita R. Gaviria Mejía

IMIGRAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO E O RECONHECIMENTO DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES QUE IMIGRARAM NO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DE 2012

Leila Viviane Scherer Hammes¹²

As políticas públicas de imigração e o reconhecimento das crianças e dos adolescentes que imigraram no Rio Grande do Sul a partir de 2012 é o tema do presente estudo que permeará as questões de imigração, direitos humanos e cidadania. Justifica-se a relevância do presente tema em virtude do crescimento dos movimentos de imigração vivenciados também no Rio Grande do Sul nos últimos anos. Justifica-se também porque se percebe que há envolvimento maior com a resolução dos problemas dos adultos imigrantes e poucos planos e ações direcionados às crianças e aos adolescentes que acompanham seus pais e familiares nessa jornada e adaptação em outra realidade cultural. Portanto, objetiva-se identificar se existem políticas públicas de imigração que reconheçam os direitos humanos e a cidadania das crianças e dos adolescentes que imigraram no Rio Grande do Sul a partir de 2012. Para alcançar esse desiderato o estudo buscará responder se existem políticas públicas de imigração que reconheçam os direitos humanos e a cidadania das crianças e dos adolescentes que imigraram no Rio Grande do Sul a partir de 2012. Em virtude disso, no primeiro momento serão analisadas especificamente as questões relacionadas às políticas públicas de imigração no Rio Grande do Sul. A análise buscará identificar se existem políticas públicas, em que áreas e em quais âmbitos – nacional, estadual ou municipal. Ou ainda se as ações do terceiro setor são relevantes no que tange à imigração. No segundo momento serão analisadas questões atinentes aos direitos humanos e à cidadania das crianças e os adolescentes imigrantes no Rio Grande do Sul a partir de 2012. A análise buscará trazer dados do número de crianças e adolescentes imigrantes no Rio Grande do Sul a partir de 2012. Bem como se é possível identificar, nas políticas públicas, se há planos e ações direcionadas às crianças e aos adolescentes imigrantes. Assim, este artigo, baseia-se em pesquisa qualitativa, utilizando-se a técnica bibliográfica e o método dedutivo, para apontar aspectos relacionados à imigração, aos direitos humanos e à cidadania das crianças e dos adolescentes. Conclui-se que há um espaço a ser preenchido na área de políticas públicas de imigração. Esse espaço além de considerar os direitos humanos e a cidadania dos adultos imigrantes, deve reconhecer também os direitos das crianças e dos adolescentes imigrantes, observando a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Palavras-chave: Cidadania. Direito da criança e do adolescente. Direitos humanos. Imigração. Políticas públicas.

¹² Assessora jurídica do Centro Universitário UNIVATES e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). leilavsh@gmail.com.

O ACESSO À EDUCAÇÃO AOS IMIGRANTES HAITIANOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ARROIO DO MEIO

Alice Krämer Iorra Schmidt¹³, Marta Luisa Piccinini¹⁴, Márcia Solange Volkmer¹⁵

O direito à educação está consagrado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, como um direito social, exigindo-se dos Poderes Públicos prestações positivas para sua implementação. De fato, a concretização deste direito ocorre mediante a instituição de políticas públicas destinadas, sobretudo, a garantir uma vida humana digna. Educação é assunto da maior relevância, haja vista ser um direito humano que “visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205, Constituição Federal). Trata-se de temática com ampla previsão em leis, decretos, regulamentos e tratados internacionais de que o Brasil é signatário, o que demonstra a sua complexidade e importância. Na prática, deve ser garantido o acesso à educação a todos os residentes no país, sejam eles brasileiros, sejam eles estrangeiros. Analisando a situação dos estrangeiros, o presente artigo aborda a questão das migrações contemporâneas, que estão a trazer novos desafios para a organização da sociedade atual em diversas áreas, a exemplo da saúde e moradia, e também na prestação da educação por parte do Estado. As cidades do Vale do Taquari, nos últimos anos, têm recebido um contingente expressivo de imigrantes, atraídos pelas ofertas de emprego e qualidade de vida – o que leva estes Municípios a criarem mecanismos para dar maior efetividade ao direito fundamental à educação destes recém-chegados. O trabalho investiga quem são os novos imigrantes no Brasil, precisamente na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul, quais as motivações para o movimento migratório para esta cidade e quais são os desafios encontrados pelos imigrantes no acesso à educação na localidade. Para tanto, faz-se uma pesquisa de cunho eminentemente investigativo, a partir de um estudo de caso em uma escola pública no município de Arroio do Meio, com alunos haitianos das séries iniciais e finais do ensino fundamental. Realizando levantamentos e entrevistas com as pessoas envolvidas nesse complexo processo de acolhimento e inserção na comunidade escolar, o trabalho sugere que, na localidade, o direito humano à educação está sendo garantido, em que pese as dificuldades de adaptação encontradas inicialmente pelos imigrantes e pelos seus filhos em idade escolar.

Palavras-chave: Imigrações. Direito. Educação.

¹³ UNIVATES. alice.iorra@univates.br.

¹⁴ UNIVATES. martap@univates.br.

¹⁵ UNIVATES. marciavolkmer@gmail.com.

REFLETINDO A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

Ionice da Silva Debus¹⁶

Pensar a formação docente atualmente nos remete a questões complexas do cotidiano das escolas. São inúmeros os desafios encontrados pelos professores, que precisam cada vez mais estar preparados para enfrentar tamanha diversidade, numa perspectiva inclusiva, que garanta os direitos de acesso ao conhecimento a todos os alunos. Assim, este trabalho tem por finalidade fazer uma reflexão acerca da formação docente, diante das variadas questões impostas na vida e na profissão. Diante disso, parte-se do pressuposto que a formação perpassa por questões que vão além dos fazeres, mas também os saberes, os desejos, as angústias, enfim, o professor entendido como pessoa, constituído de sentimentos, emoções, percepções e sensibilidade. Neste sentido, o processo de formação pressupõe trocas, experiências, interações sociais, aprendizagens, várias relações. Problematizar o modo como cada sujeito se forma é considerar sua singularidade e sua história, nesta perspectiva a docência exige um repertório de conhecimentos que precisam ser debatidos e trabalhados tanto nos cursos de formação de professores, como também nas escolas. Para dar conta de toda esta pluralidade, precisamos um olhar sensível às questões da atualidade, cada momento formativo precisa ser pensado nesta perspectiva, que inclua todas as demandas que chegam como também aquelas dos trajetos pessoais, pondo em evidência a forma como cada pessoa mobiliza os conhecimentos, os valores, presentes na sua trajetória existencial, para ir se constituindo em constante diálogo com os contextos envolvidos. Para tanto, busca-se destacar que o objeto de trabalho dos professores são os seres humanos e sua formação, atentar para todo o contexto envolvido é uma das premissas da profissão. Conhecer o aluno, suas histórias de vida, suas crenças, suas condições de vida, seus anseios, sonhos, desejos, medos e suas expectativas em relação ao saber, ao conhecimento e o papel da Educação e da escola, torna-se imprescindível. Portanto, faz-se necessária a reflexão acerca das trajetórias pessoais e profissionais dos sujeitos, a partir de um olhar sensível, que contemple toda a complexidade existente nas escolas e cursos de formação de professores, como subsídio para que realmente ocorra a inclusão de toda diversidade que permeia a Educação na contemporaneidade.

Palavras-chave: Formação docente. Diversidade. Inclusão.

¹⁶ Universidade Federal de Santa Maria. nicedebus@hotmail.com.

IMIGRANTES E NÃO-IMIGRANTES: O APRENDIZADO PARA O CUIDADO - ESTÁGIO INTERDISCIPLINAR NA CURES

Aline Dargas Silva¹⁷, Carla Ferreira Cunha¹⁸, Larissa Elisa Feldens¹⁹,
Tania Micheline Miorando²⁰

O Brasil mostra-se para os estrangeiros como um país receptivo aos imigrantes. Em alguns momentos abre-se em sua hospitalidade e em outros, deixa de alcançar condições mais adequadas de subsistência, expondo seus preconceitos. Nosso país se constituiu por correntes migratórias, mas em cada uma delas, escolhe suas reações ao receber os estrangeiros em suas cidades, escolas, comunidades. No RS, e Vale do Taquari/RS especificamente, percebe-se que, em decorrência do grande número de imigrantes, nas escolas vem aumentando o número crianças, filhos de imigrantes. Porém, seus professores ainda não estão acolhendo-os de forma a recebê-los para uma nova sociedade que se constitui. Os imigrantes encontram obstáculos em relação à diferença de cultura e idioma, além dos preconceitos que sofrem. A formação profissional é momento para se discutir e redefinir tais preceitos pela ética nas relações que se estabelecem. Os atendimentos prestados na CURES - Clínica Universitária Regional de Educação e Saúde, na Univates, reportam-se ao serviço em saúde e educação e atenta para o cuidado dos usuários que vêm referenciados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cuja parceria se firmou com os municípios de Lajeado/RS, Estrela/RS e Arroio do Meio/RS. A Cures trabalha com base nos princípios de humanização, acolhendo os usuários em um espaço de escuta atenta e olhar de cuidado, promovendo a busca pela saúde no cotidiano dos usuários. **Objetivo:** Neste estudo se busca analisar o espaço de atendimento humanizado que visa à integralidade da atenção ao usuário através da articulação do trabalho em rede e para isso, procuramos perceber as formas de amparo que se oferece aos imigrantes e à população em geral. **Procedimentos Metodológicos:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, com caráter qualitativo, por meio de observações no local e nos atendimentos aos usuários, cujos resultados serão analisados e apresentados em forma de relatório descritivo. O atendimento aos usuários que frequentam o espaço da Cures é realizado pelos estagiários dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Educação Física - Bacharelado, Farmácia, Odontologia e Pedagogia que dividem-se em equipes interdisciplinares, organizando-se de forma que possam melhor atender a necessidade do usuário. Os estudantes preocupam-se em oferecer e garantir ao usuário um espaço onde ele possa dividir suas aflições, inseguranças, medos, dores, contentamento, estabelecendo um vínculo entre usuário e estagiário. A Cures procura desenvolver nos estudantes, através de reuniões em equipe, discussões de casos, palestras, formas de preparar o acadêmico, profissionalmente, a atender o usuário, compreendendo-o em suas singularidades. **Resultados Esperados:** A investigação poderá mostrar que os momentos de acolhimento tenham favorecido o cotidiano dos usuários envolvidos no processo. Mas, antes disso, a formação dos estagiários se abre para receber todos os usuários, imigrantes ou não, pelo menos, minimizando preconceitos.

Palavras-chaves: Formação Inicial de Professores. Ética profissional. Formação profissional interdisciplinar.

¹⁷ Acadêmica do Curso de Pedagogia, Univates. alinedargas@hotmail.com.

¹⁸ Acadêmica do Curso de Pedagogia, Univates, carlinhacf89@yahoo.com.br.

¹⁹ Acadêmica do Curso de Pedagogia, Univates, lari_elisaf@hotmail.com.

²⁰ Professora orientadora, do Curso de Pedagogia, Univates, tmiorando@gmail.com.

GT TRABALHO, DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÕES

Coordenadores: Daniel Granada, Fernanda Pinheiro Brod, Fernanda Maders

A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DOS HAITIANOS E A CRISE BRASILEIRA

Cristiane Feldmann Dutra²¹, Rodrigo da Silva²², Rodrigo Hamilton²³,
Suely Marisco Gayer²⁴

Atualmente, no cenário Brasileiro, o impacto sofrido por causa da crise política tem um efeito direto com relação ao setor trabalhista, e por isso vivenciamos um momento de retração na contratação e o aumento da extinção do contrato de trabalho, o que frustra de forma significativa as expectativas e os sonhos dos Haitianos no território Brasileiro. Este artigo é um reflexo da atual conjuntura da crise econômica e tem o objetivo de demonstrar que as dificuldades já vivenciadas pelos imigrantes como, a dificuldade de falar a língua portuguesa, a discriminação racial, a xenofobia e a sua condição social são multiplicadas no ambiente de trabalho, causando o desespero, o sentimento de impotência e de invisibilidade. Os Haitianos merecem um olhar mais apurado, uma vez que o art. 3º da Constituição Federal registra: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Ainda no Art. 5º da CF, impõe “que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. A realidade é controversa e apresenta uma dicotomia com a legislação, como são imperiosos estes tratamentos na nossa lei maior e mesmo assim o país não possui políticas públicas eficientes para auxiliá-los. Uma das formas de dar voz a esta população seria através do voto, no qual a lei 6.580/80 que trata do imigrante no Brasil, que foi criada no período da ditadura produz um efeito contrário e excludente, o que fere a nossa Constituição Federal.

Palavras-chave: Extinção do contrato. Direitos. Haitianos. Crise Brasileira.

²¹ Doutoranda em Educação - Unilasalle Professora da Pós-Graduação na Instituição UniRitter e do IDC.

²² Mestre em Direitos Humanos pelo Centro Universitário Ritter dos Reis.

²³ Mestre em Direito Pesquisador da Clínica de Direitos Humanos do Centro Universitário Ritter dos Reis UniRitter.

²⁴ Doutoranda em qualidade ambiental pela Universidade Feevale. Professora da Pós-graduação da Uniritter.

RELAÇÕES DE TRABALHO E DIREITOS HUMANOS NO CASO DOS HAITIANOS NO SUL DO BRASIL

Daniel Granada²⁵, Fernanda Pinheiro Brod²⁶

O Brasil é um país que recebe historicamente vagas de imigrantes desde as suas origens. Atualmente, no século XXI, com a estabilidade econômica conquistada nas últimas duas décadas, a maior evidência do Brasil no cenário internacional e o processo de expansão da economia, o Brasil tem se tornado novamente um país atraente para os estrangeiros. Nesse atual quadro ganha relevo o fluxo de haitianos que buscam melhores condições de vida e trabalho no Brasil. Muitos deixam suas famílias e partem em busca de uma vida melhor no Brasil. Segundo relatório da OB Migrar, o número de haitianos com vínculo de trabalho formal em 2013 já superava o de portugueses (DUTRA et al. 2015). Esta comunicação apresenta resultados preliminares sobre o recente processo de chegada de imigrantes haitianos no Brasil e sua inserção no mercado de trabalho regional no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. A pesquisa teve início em novembro de 2013 e é baseada em etnografia multissituada (MARCUS, 1995; 2002), entrevistas formais e informais realizadas nas cidades de Lajeado e Encantado, no Rio Grande do Sul e matérias de jornais regionais. Nosso objetivo é apresentar os mecanismos que estruturam as relações entre os imigrantes haitianos e no mercado de trabalho local no interior de um campo social transnacional (BASCH et al., 1994). Neste sentido, são exploradas as estratégias de diferenciação e construção de fronteiras entre “nós” e os “outros”, num contexto de contrastes altamente distintivos onde operam lógicas de adaptação e diferenciação num quadro de circulação intensa de indivíduos. A partir de uma pesquisa exploratória, com a realização de entrevistas com imigrantes haitianos, buscamos compreender a inserção destes imigrantes em um processo de substituição da mão de obra local pela mão de obra imigrante em empresas da região. São levantadas questões relativas às estratégias de inserção e ao estabelecimento de redes sociais na manutenção do fluxo migratório. Demonstramos como as políticas nacionais em relação ao controle dos fluxos migratórios possuem impactos locais, principalmente vinculados à inserção no mercado de trabalho, à integração e acolhimento dos imigrantes. Buscamos contextualizar a chegada destes novos imigrantes dentro da perspectiva de desenvolvimento econômico local e carência de mão de obra para atuar nos postos menos valorizados no mercado de trabalho. Sobressaem questões relacionadas à fragilidade da condição dos imigrantes e dificuldade de acesso aos direitos sociais e trabalhistas.

Palavras-chave: Migrações contemporâneas. Relações de trabalho. Direitos humanos.

²⁵ Antropólogo Doutor em Etnologia e História pela Université de Paris Ouest Nanterre la Défense e pela University of Essex, professor da Área de Humanidades na Univates. dgdsferreira@univates.br.

²⁶ Advogada Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professora do curso de Direito da Univates. fernandabrod@univates.br.

A INSERÇÃO PELO TRABALHO DE IMIGRANTES HAITIANOS E SENEGALESES EM PORTO ALEGRE

Ana Julia Guilherme²⁷

O presente trabalho expõe um projeto de pesquisa de Mestrado em Sociologia, cujo tema aborda a inserção pelo trabalho de imigrantes haitianos e senegaleses em Porto Alegre. Sabe-se, que estas duas nacionalidades se destacam no cenário gaúcho – especialmente depois do chamado *boom* imigratório – acarretando discussões sobre xenofobia, racismo, políticas públicas, direitos humanos, etc. A emigração haitiana foi impulsionada, ao longo dos anos, pela pobreza existente e pelo terremoto catastrófico de 2010. E os senegaleses, que antes costumavam migrar à Europa, nos últimos anos escolheram outros destinos, e o Brasil é um deles. O que se percebe é que ambos os processos migratórios possuem motivações econômicas, isto é, a maioria desses sujeitos migra por melhores condições salariais e de trabalho. Na realidade local, observam-se diferenças na inserção pelo trabalho: enquanto os haitianos costumam ter empregos formais, os imigrantes que estão no mercado informal geralmente representam os africanos, como os senegaleses. A partir disso, podemos nos indagar sobre o que levam estes imigrantes (de culturas e origens diversificadas) a apresentarem uma diferença na inserção pelo trabalho. Dessa forma, a pesquisa - em fase de construção - objetiva compreender a relação entre os diferentes processos de disposições que os imigrantes haitianos e senegaleses apresentam – a partir de suas histórias de vida – com as suas formas de inserção pelo trabalho no país de destino. Também, a investigação busca identificar as formas de inserção profissional dominantes entre os grupos de imigrantes quanto a sua origem, explorando as diferenças entre os fluxos haitianos e senegaleses. E, ainda, verificar como os patrimônios individuais destes imigrantes interferem na ocupação profissional deles. Para isto, baseamo-nos na teoria de Bernard Lahire, especialmente no conceito de disposições. Sendo assim, levamos em consideração a abordagem de que a realidade de cada imigrante é representada por diferentes aspectos, os quais são resultados dos diversos meios de sociabilidade existentes no passado do sujeito – pressupostos do nosso referencial teórico para a investigação. Também, nos utilizamos do dispositivo metodológico proposto por Lahire em *Retratos Sociológicos*, em que o autor realiza uma série de entrevistas com os pesquisados sobre “suas práticas, comportamentos, maneiras de ver, sentir, agir em diferentes domínios de práticas (...) ou em microcontextos diferentes” (Lahire, 2004, p. 32). Somente assim poderemos ver de que forma algumas disposições sociais são transferíveis ou não e como varia o patrimônio das disposições incorporadas.

Palavras-chave: Haitianos. Senegaleses. Disposições. Trabalho.

²⁷ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela UFRGS. anajuliag.cs@gmail.com.

DINÂMICAS HISTÓRICAS E RELAÇÕES DE TRABALHO NO CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO NO VALE DO TAQUARI/RS - SÉCULO XIX

Karen Daniela Pires²⁸, Neli T. Galarce Machado²⁹, Magna Lima Magalhães³⁰

O trabalho está inserido ao projeto de pesquisa “Arqueologia, História Ambiental e Etnohistória do Rio Grande do Sul”, vinculado ao curso de História e ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário UNIVATES, Lajeado/RS. Documentos históricos, envolvendo cartas de liberdade, compra e venda de escravos, inventários e notícias do jornal O Taquaryense, possibilitam uma análise sobre a presença do trabalho escravagista em alguns municípios do Vale do Taquari/RS. O objetivo desta comunicação é expor algumas matérias do jornal que tratam da abolição da escravatura, no período de julho de 1887 a maio de 1888, data de fundação do semanário e da abolição da escravidão no Brasil, assim como dados dos documentos da escravidão. Metodologicamente, utiliza-se as recomendações de Barbosa (1998), Elmir (1995) e Zicman (1985) sobre o uso da imprensa como fonte e objeto de estudo para a história. De acordo com os autores, é preciso levar em conta a subjetividade da produção de notícias, a caracterização geral do periódico estudado, a diferença entre a emissão e a recepção do conteúdo das publicações, a importância de se examinar uma quantidade significativa de matérias e a confrontação dos dados fornecidos pelo periódico com uma literatura crítica sobre o tema. Como referencial teórico, considera-se os escritos de Mandaini (2006), que entre outras coisas enfatiza a totalidade do ser humano e os critérios de igualdade na vivência em sociedade, em relação à inserção do trabalho escravo no Rio Grande do Sul, no século XVIII, utiliza-se Bakos (1990), para o Vale do Taquari/RS, as pesquisas de Christillino (2004) e Franz (2009). Sobre as notícias do Taquaryense, constatou-se que o periódico fez uso de um discurso favorável à abolição da escravidão, o que fica evidente em algumas notícias relacionadas à concessão de cartas de liberdade, como também na divulgação de alforrias concedidas em outras regiões do país, além de contratos de locação de serviços entre ex-escravo e proprietários, trechos de discursos dos abolicionistas da época, telegramas, a formação de comissões abolicionistas em que alguns membros também usufruíam de trabalhadores escravizados. Nos documentos acerca da escravidão têm-se informações referentes às alforrias, bem como o valor de venda e compra das pessoas escravizadas.

Palavras-chave: Escravatura. Trabalho. O Taquaryense. Direitos Humanos.

²⁸ Univates. k.pires@universo.univates.br.

²⁹ Univates. ngalarce@univates.br.

³⁰ Feevale. magna@feevale.br.

GT PROCESSOS HISTÓRICOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS (PARTE 1)

Coordenadores: Márcia Solange Volkmer e Rosmari Terezinha Cazarotto

IMIGRANTES AÇORIANOS E SEUS DESCENDENTES NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL: PROCESSO HISTÓRICO ENVOLVENDO MOVIMENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

Luís Fernando da Silva Laroque³¹, Julia Elisabete Barden³², Ana Paula Castoldi³³,
Cibele Caroline da Rosa³⁴

O Vale do Taquari é uma região localizada na porção centro-leste do estado do Rio Grande do Sul historicamente formada pelas movimentações/migrações internas dos grupos étnicos de indígenas, de africanos e de europeus, dentre os quais os açorianos, alemães, italianos e seus descendentes, bem como mais recentemente de haitianos. O estudo tem como objetivo analisar a história dos açorianos e seus descendentes no Vale do Taquari abordando aspectos relacionados à ocupação territorial e as práticas socioculturais. O método caracteriza-se por uma abordagem qualitativa com análise de conteúdo no que se refere à dados coletados na revisão bibliográfica, nos diários de campo e nas entrevistas orais realizadas com produtores rurais descendentes de açorianos localizados em microrregiões do Região Vale do Taquari, e tem como base teórica para a análise autores que tratam sobre história, memória, etnicidade e cultura. No Rio Grande do Sul a presença açoriana iniciou-se a partir de meados do século XVIII e em fins do referido século já se encontrava na porção sul do Vale do Taquari. No decorrer do século XIX, a relação com a natureza e o território caracterizou-se pela derrubada da floresta, o cultivo do trigo, da mandioca e a criação de animais. Entretanto, com as modificações do traçado da região ao longo do processo histórico, e a partir da metade do século XX, o aumento do número de municípios e áreas urbanas, o cultivo da soja, a criação de porcos e gado leiteiro e nas últimas décadas a plantação do eucalipto são elementos que contribuíram para uma reconfiguração da história açoriana e de seus descendentes em áreas rurais do Vale do Taquari. Como práticas socioculturais a religiosidade, a gastronomia, a arquitetura e o ofício de ferreiro e alfaiate são destacadas na literatura sobre o passado açorianos na região e nos dados coletados em entrevistas e diários de campo foi informado que para um período mais recente significativos traços culturais desta etnia são encontrados na religiosidade, tais como a Festa de Nossa Senhora do Rosário e os Ternos de Reis, na gastronomia através dos doces e cozidos e nos estilos arquitetônicos em igrejas e fachadas de algumas casas. Constata-se que características envolvendo a presença e a história do grupo açoriano no Vale do Taquari e seus elementos socioculturais, mesmo no processo de contato com os grupos étnicos de imigrantes alemães, italianos e seus descendentes, os quais também ocuparam a região, foram renegociados e se mantiveram presentes como práticas socioculturais.

Palavras-chave: Açorianos e descendentes. Processo histórico. Socioculturalidade. Vale do Taquari.

³¹ Professor e pesquisador do PPGAD/Univates. E-mail: lflaroque@univates.br.

³² Professor e Pesquisador do PPGAD/Univates. E-mail: jbarden@univates.br.

³³ Graduanda do Curso de História. E-mail: apcastoldi@univates.br.

³⁴ Bolsista Iniciação Científica Univates. Graduanda em História. E-mail: cibelearoldarosa@hotmail.com.

A HISTÓRIA DOS IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES NA MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI/RS

Janaíne Trombini³⁵, Luís Fernando da Silva Laroque³⁶, Julia Elisabete Barden³⁷,
Luciana Krebs Mallmann Kraemer³⁸

Os imigrantes italianos chegaram ao Brasil e na Região Sul no final do século XIX, instalados em suas colônias em áreas da porção nordeste do território do Rio Grande do Sul, local de mata virgem, recebendo auxílio governamental, como alimentação, sementes e instrumentos agrícolas para após ser pago junto com as terras adquiridas. No estado do Rio Grande do Sul foram destinados à porção territorial situada na encosta superior do planalto, entre os vales do rio Caí e do rio das Antas. Neste espaço foram fundadas colônias oficiais como Conde d'Eu (1875), Dona Isabel (1875), Caxias (1875) e Silveira Martins (1887), e também outros núcleos coloniais que se expandiram pelo território, como acontece com o Vale do Taquari. O Vale do Taquari é uma região composta por 36 municípios, divididos em seis microrregiões e situada na porção central do Rio Grande do Sul, apresentando uma diversidade econômica e sociocultural, com áreas urbanizadas industriais e também pequenas propriedades rurais. O estudo tem como objetivo analisar o processo histórico da imigração italiana e seus descendentes no Vale do Taquari, principalmente em territórios da Microrregião Oeste que abrange os municípios de Progresso, Pouso Novo, Travesseiro e Marques de Souza. A metodologia da pesquisa é qualitativa e os procedimentos metodológicos consistem na revisão bibliográfica, realização de entrevistas com base na história oral, elaboração de diários de campo com famílias de produtores rurais descendentes de italianos dos municípios da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, os quais são analisados por meio de aportes teóricos da imigração italiana e da etnicidade. Tomando como base de análise a pesquisa bibliográfica sobre a imigração italiana, entrevistas e diários de campo com famílias de descendentes italianos residentes nos municípios que compõem a Microrregião Oeste do Vale do Taquari, identifica-se a permanência no campo destas famílias e atividades desenvolvidas à agropecuária como nos seus antepassados, tornando assim laços de identidade em relação ao seu território e na comunidade que estão inseridos. Os resultados apontam que os italianos chegados no Brasil, e a partir de 1875 no Rio Grande do Sul, ocuparam o território da encosta superior do planalto, precisamente localizados entre os rios Caí e Antas e áreas que posteriormente denominou-se Vale do Taquari. Concluindo é importante salientar que na Microrregião Oeste deste Vale, espaço recortado para o estudo, os produtores rurais descendentes da etnia italiana continuam a preservar suas terras que foram adquiridas por suas gerações, produzindo neste espaço atividades voltadas para a agricultura e pecuária, bem como elementos de sua cultura.

Palavras-chave: Imigração. Descendentes de Italianos. Vale do Taquari. Propriedades rurais. Agropecuária.

³⁵ Mestranda PPGAD – Univates. Bolsista PROSUP-CAPES. E-mail: janainet@universo.univates.br.

³⁶ Professor e pesquisador do PPGAD - Univates. E-mail: lflaroque@univates.br.

³⁷ Professora e Pesquisadora do PPGAD- Univates. E-mail: jbarden@univates.br

³⁸ Bolsista de Iniciação Científica Univates. Graduanda em História. E-mail: lucianakrebs30@hotmail.com.

SOCIEDADE OPERÁRIA ITALIANA DE MÚTUO SOCORRO NA COLÔNIA CONDE D'EU (GARIBALDI, SÉCULO XIX)

Gabriela Fachin³⁹, Márcia Solange Volkmer⁴⁰

Este trabalho analisa as atividades do associativismo italiano no Rio Grande do Sul, com destaque para a Sociedade Operária Italiana de Mútuo Socorro Stella D'Itália, constituída no ano de 1878 na antiga Colônia Conde D'Eu, atual município de Garibaldi, na serra gaúcha. A pesquisa documental apoia-se nos documentos administrativos, sobretudo nos Estatutos, e registros fotográficos. Essa Sociedade de Mútuo Socorro era o refúgio dos imigrantes italianos, onde os mesmos podiam cultivar suas crenças, costumes e atividades como, por exemplo, momentos de solidariedade, amizades, lazer, atendimentos médicos, reuniões e assistência social. Além disso, a principal função do associativismo, implementado não somente nesta região sul do país, mas também em outras regiões, era a de auxílio financeiro. Pode-se observar que o perfil dos associados estava ligado aos interesses materiais que a Sociedade viria a oferecer-lhes, pois a maioria chegava na região destinada a seu estabelecimento com muito pouco, principalmente sem recursos ou sem o apoio familiar. Tais sociedades ficavam encarregadas de abrigar os imigrantes, ajudá-los com emprego e até mesmo empréstimos financeiros. Já as lideranças de tais sociedades tinham atuação principal no contexto político, reivindicando os direitos dos imigrantes, intermediando as demandas entre os italianos e as lideranças políticas locais. Salienta-se que a maçonaria foi um elemento presente no desenvolvimento do associativismo italiano, e que congregou parte dos idealizadores da Sociedade Operária Italiana de Mútuo Socorro Stella D'Itália. Em Garibaldi, a Sociedade teve como preceito a ajuda mútua entre os compatriotas italianos, sendo utilizada como albergue, escola, hospital, ponto de encontros, e de outras formas de ajuda para facilitar a vida dos imigrantes. Essas associações representavam ainda o elo de contato com a pátria mãe, a Itália, que através da Sociedade enviava materiais e auxílio financeiro, e possibilitava um espaço de comunicação para manter viva a cultura italiana dos imigrantes. O associativismo em geral visa à caridade de seus associados e a defesa dos direitos e interesses dos mesmos. Conclui-se que a organização dessa Sociedade dar-se-á pelas más condições encontradas na Colônia, possibilitando um canal de mobilização dos imigrantes. Da mesma forma, representava uma possibilidade de manifestação religiosa (sendo a maioria dos imigrantes protestantes), e de garantia das condições básicas de vida, abarcando as questões culturais, sociais e financeiras, constituindo-se como uma proposta de ajuda mútua entre os imigrantes dos núcleos coloniais.

Palavras-chave: Imigração italiana. Associativismo. Cultura.

³⁹ Univates. gabriela-fachin@hotmail.com.

⁴⁰ Univates. marciavolkmer@gmail.com.

O PAPEL DO ESCRAVO NA SOCIEDADE DOS IMIGRANTES ALEMÃES DO VALE DO TAQUARI/RS

Fernanda Chemin Schmitt⁴¹, Sérgio Nunes Lopes⁴², Jean Lopes de Oliveira⁴³,
Neli Teresinha Galarce Machado⁴⁴

A presente pesquisa é integrante do projeto – Arqueologia, História Ambiental e Etnohistória do Rio Grande do Sul. Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Univates. A vinda dos imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul se iniciou oficialmente em 1824 tendo como objetivo a ocupação de áreas de terra litigiosas no estado. Foi uma fase de grandes dificuldades, marcada por conflitos internos e externos. Até meados da década de 1990, memorialistas regionais retratavam um imigrante europeu detentor de ideais de trabalho que rejeitavam o uso da mão de obra escrava. A figura do imigrante alemão é engrandecida, aparecendo isolada do restante da sociedade local da época. Nos últimos anos, entretanto, documentos pouco acessados pelos profissionais da História ensejaram novas abordagens. A relação dos imigrantes com o trabalho e com a escravidão, assume novos contornos. Essa constatação pode ser exemplificada pela Lei Imperial nº 514 de 24 de outubro de 1848, que impedia os imigrantes de fazerem uso da mão de obra escrava em suas propriedades. Ao longo dos sessenta e quatro anos que tiveram contato com o sistema escravagista no país, período que vai de 1824, com o início da imigração alemã para o Rio Grande do Sul, até 1888, com a abolição da escravidão, muitos colonos fizeram uso da mão de obra escrava como estratégia de ascensão política, econômica e social. A imagem de um imigrante isolado em sua colônia, vai aos poucos abrindo espaço para a de um imigrante disposto a se inserir na sociedade local de sua nova pátria, lutando por direitos de igualdade. O objetivo dessa produção é refletir acerca da presença da mão de obra escrava no Vale do Taquari. Precederam a redação dessa produção visitas a antigas fazendas da região, onde vestígios da presença afro-brasileira são encontrados em documentos como inventários, além de pesquisas bibliográficas e documentais. Entre os documentos que lastreiam este trabalho está um processo-crime do município de Taquari, datado de 1886 encontrado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES), que traz uma denúncia de maus tratos a um escravo chamado Domingos por parte de seu senhor, João Fernando Haas. No aludido documento, testemunhas afirmaram que Haas era conhecido por seu caráter agressivo no que se referia ao tratamento de seus escravos. Essa situação não era isolada. Outros registros documentais denunciam a compra e venda de escravos por imigrantes. A imagem difundida, pela bibliografia regional, negando a utilização de escravos pelos imigrantes alemães ou exaltando o bom tratamento a esses dispensados, paulatinamente se desconstrói. As modificações produzidas na paisagem do Vale do Taquari por ação antrópica, mesmo após a última leva de imigrantes, não prescinde da mão de obra escrava, a exemplo do que ocorreu em toda a América portuguesa. São registros de um passado recente, mas há muito esquecido pela sociedade, dadas as conveniências ideológicas regionais.

Palavras-chave: Escravidão. Imigração. Documento.

⁴¹ Univates. fernandacheminschmitt@gmail.com.

⁴² Univates. sergionl77@univates.br.

⁴³ Univates. jean_lp93@hotmail.com.

⁴⁴ Univates. ngalarce@univates.br.

GT INFÂNCIA, EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS DOS IMIGRANTES

Coordenadora: Tania Micheline Miorando

DIREITOS HUMANOS: UM APRENDIZADO PELA LITERATURA NA COMUNIDADE SURDA

Letícia Maria dos Reis⁴⁵, Tania Micheline Miorando⁴⁶

Este trabalho tem como tema central a Literatura que se fundamenta nos aspectos da Cultura Surda e aborda uma discussão que se abre aos Direitos Humanos apresentados às crianças e adolescentes surdos por meio da contação de histórias. Para todas as culturas, a contação de histórias tem um papel que se destaca em difundir os preceitos éticos que se estabelecem nas relações entre as diferentes etnias e nações, pluralizando as concepções que trazemos sobre a humanidade e os direitos de cada um, a partir das singularidades intrínsecas às idiossincrasias culturais que nos constituem. Outros aspectos importantes que a contação de histórias incentiva é a leitura, a imaginação e a narratividade; provoca pensares que nos movimentam em direção a uma formação de personalidades plurais, posto que alcança um envolvimento social e afetivo entre as crianças, jovens, adultos e idosos. Pensando nisso, desenvolvi este trabalho tendo como subsídio a contação de história, a partir da Literatura Surda, elemento constituinte da cultura da comunidade surda e dos Direitos Humanos. O objetivo da investigação que origina este trabalho é analisar como se dá a construção de fórum cultural da criança surda quando da sua exposição à literatura, por uma vertente que fortalece as características da comunidade surda. O público alvo da investigação são crianças surdas, que frequentam a Associação de Surdos de Lajeado/RS - Asla. Como metodologia de pesquisa utilizei entrevistas realizadas com a pedagoga da Associação de Surdos, cujo foco foi um estudo de caso desenvolvido com uma menina pré-adolescente, que é frequentadora da Asla. Não há resultados finais, mas já consta que, ao visitar a Associação passei a entender que a contação de histórias é incentivada naquele espaço, o que gera possibilidades de uma análise de informações importante para este estudo. Percebi em uma das visitas que eles têm a Língua de Sinais fluente, o que possibilita a riqueza de detalhes e expressividade nas histórias apresentadas, enriquecendo a argumentação e o convite ao aprendizado de aprofundamento no conhecimento de uma língua ainda pouco divulgada fora dos espaços que a comunidade surda frequenta. Notei também que o acolhimento entre as pessoas que estavam nesse espaço é muito expressiva, pois tive um grande apoio de todos e com isso espero que mais contatos se firmem. Durante a primeira observação foi perceptível a participação e o interesse das crianças sobre a Literatura: seus olhos brilhavam a cada página do livro que era contada, onde eu, como observadora, me senti nesse instante lisonjeada em poder participar de um momento que percebi ser tão significativo. As crianças e adultos que ali estavam sentiam-se respeitados pelo fato de que uma pessoa que falava a mesma língua e compartilhava da mesma cultura estava contando uma história para elas. Vejo com isso a importância de respeitar falares que trazem culturas singulares, mas que tramam o grande mosaico das línguas que a humanidade utiliza para tentar se entender.

Palavras-chave: Literatura surda. Educação de Surdos. Formação de professores.

⁴⁵ Univates, acadêmica no Curso de Pedagogia, leticiareis.reis@gmail.com.

⁴⁶ Univates, orientadora, professora no Curso de Pedagogia, tmiorando@gmail.com.

O HAITI É AQUI: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Thaís Janaina Wenczenovicz⁴⁷, Rodrigo Espiúca dos Anjos Siqueira⁴⁸

Desde os primórdios da Humanidade, o homem tem migrado por razões diversas, impulsionado por motivos endógenos e exógenos. Migra-se por questões culturais, econômicas, políticas e sociorreligiosas ou desastres ambientais e climáticos a exemplo do grupo em estudo. A imigração haitiana ao Brasil é um fenômeno migratório que ganhou grande proporção após o terremoto que abalou o país caribenho em 12 de janeiro de 2010 e provocou a morte de mais de milhares de pessoas e deixou outras tantas na condição de deslocados internos. O devido estudo trata da integração dos Imigrantes Haitianos junto à sociedade brasileira – mais especificamente na região norte do Rio Grande do Sul (Brasil) - tendo em vista sua relação junto às dimensões materiais e concepções das diretrizes inclusivas educacionais. Nesse sentido, pretende-se demonstrar os fatores que impulsionaram o deslocamento desses imigrantes e o processo de adaptação no Sul do Brasil, bem como em que medida as políticas de imigração ameaçam a manutenção dos Direitos Humanos de indivíduos provenientes de países com histórico de dependência e intransigência aos Direitos Fundamentais Cíveis e Sociais em seu país de origem. Tal condição corrobora na análise entre as políticas de integração e negação aos Direitos Humanos. Ao longo dos últimos vinte anos, o Brasil adotou uma série de novas políticas voltadas à gestão dos movimentos transfronteiriços e aos imigrantes no Brasil, políticas estas que respondem não somente ao ativismo dos migrantes e seus aliados, mas também à estratégia da política externa brasileira. Como procedimento metodológico, o devido trabalho utiliza-se da pesquisa bibliográfica acompanhado da descrição e interpretação da realidade dos sujeitos na compreensão da temática abordada tendo utilizado a técnica de Grupo focal. Para representar os dados a partir de uma perspectiva mais próxima do sujeito, foram utilizados fragmentos das entrevistas e análise de discurso.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Educação. Imigrantes Haitianos. Inclusão.

⁴⁷ Docente Adjunta na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Professora Colaboradora do Programa de Pesquisa e Extensão e Pós-Graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC/ Brasil. Email: t.wencze@terra.com.br.

⁴⁸ Advogado, Mestre em Direitos Fundamentais pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Brasília, professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação das Faculdades Anglicanas de Erechim e de Tapejara/Brasil. Email: espiuca@yahoo.com.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS NO CONTEXTO DE ACOLHIMENTO E INSERÇÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Aline Aurea Martins Marques⁴⁹, Douglas Matheus de Azevedo⁵⁰

Esta comunicação objetiva estabelecer um diálogo entre os estudos da linguagem e o direito, refletindo sobre questões relativas às políticas linguísticas para o ensino de português como língua adicional (PLA) para imigrantes haitianos no Brasil e discutindo se (e como) a pouca proficiência em língua portuguesa pode facilitar a violação a direitos humanos e fundamentais. No final dos anos 2000, a crise econômica que atingiu os Estados Unidos e outros países desenvolvidos, considerados os principais destinos dos imigrantes laborais, fez com que o Brasil – à época, pouco afetado – presenciasse um grande movimento de migração de retorno e também de recebimento de estrangeiros, principalmente, daqueles de nacionalidade haitiana. Segundo os dados do relatório sobre as autorizações de trabalho concedidas para imigrantes (BOTEGA et al, 2015), entre 2011 e 2013, pela Coordenação Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego (CGI/MTE) e pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), é possível perceber uma tendência decrescente na emissão de autorizações temporárias e uma tendência crescente na concessão de autorizações permanentes. Ainda de acordo com as informações desse documento, no referido período, nota-se que os principais solicitantes de autorização permanente são os imigrantes de nacionalidade haitiana. Todavia, embora encontrem no Brasil a possibilidade de trabalharem e se estabelecerem legalmente, os haitianos esbarram em uma barreira que, quando não transposta, dificulta a integração e participação em nossa sociedade: a aprendizagem da língua portuguesa. Segundo Bakhtin (2003, p. 261), “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”, o que pode ser confirmado através de uma breve análise dos resultados do relatório de pesquisa do projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”, da Organização Internacional para as Migrações (2014), que, em entrevista com 340 haitianos, residentes nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Velho, apontou o português como a maior fonte dos problemas enfrentados por esses estrangeiros (56,5%). Em seguida, citou o emprego (48,2%), a habitação (42,1%) e, em quarto lugar, indicou a formação (30,6%). Cabe ressaltar que o resultado dessa entrevista dificilmente seria diferente: grande parte dos empregadores exige dos interessados nas vagas um conhecimento mínimo da língua portuguesa. Quanto à habitação, para arcar com os custos, é preciso ter uma fonte de renda – geralmente, um trabalho. No que diz respeito à formação, por sua vez, faz-se necessário lembrar que a maioria dos cursos e programas é oferecida em português. Nesse sentido, e tendo em vista o grande aumento no contingente desses imigrantes no Brasil nos últimos anos e as implicações políticas, sociais e econômicas que isso traz, torna-se necessária a discussão sobre o ensino de português para esse público, já que a língua(gem) perpassa todos os campos da vida social e é por meio dela que fazemos as coisas (CLARK, 2000).

Palavras-chave: Políticas Linguísticas. Português como Língua Adicional. Imigração haitiana. Direitos humanos.

⁴⁹ UFRGS. alineamarques@gmail.com.

⁵⁰ UNISC. doug.azevedo2@gmail.com.

LÍNGUA PORTUGUESA PARA HAITIANOS: CRESCIMENTO PROFISSIONAL E OPORTUNIDADE DE ENSINAR A LÍNGUA

Laís Benett Menezes⁵¹, Maristela Juchum⁵²

Este trabalho tem por objetivo apresentar o projeto de extensão “A aprendizagem da Língua Portuguesa como Língua Adicional-Investigação, Formação e Ensino”. Trata-se de um fórum de estudos do curso de Letras, do Centro Universitário Univates, situado em Lajeado/RS, que oportuniza aos acadêmicos e egressos atuarem como professores. O projeto é destinado aos acadêmicos e graduados do curso de Letras, professores do Ensino Básico com formação em Línguas e à comunidade interessada. O projeto iniciou no ano de 2015, com encontros que acontecem duas vezes por mês, na Univates, tendo três horas de duração. Duas horas dedicadas à discussão das leituras, articuladas com a prática docente e uma hora destinada à elaboração e à preparação de material didático em PLA. Os estudos são ministrados por uma professora coordenadora e uma professora colaboradora, em parceria com os estudantes e egressos voluntários. Os encontros acontecem até dezembro, e os participantes que possuem, no mínimo, 75% de frequência nos estudos, têm o direito de ganhar o certificado de participação com habilitação para ministrar aulas de Língua Portuguesa para estrangeiros. Através da parceria que o projeto tem com o Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, situado na cidade de Lajeado, as aulas acontecem nos turnos manhã, tarde e noite, uma vez por semana, com duração de 3 horas cada aula. Na região do Vale do Taquari habitam muitos imigrantes, principalmente haitianos, por essa razão, são privilegiados em contar com a colaboração do projeto para ensiná-los a Língua Portuguesa. Os professores voluntários planejam as aulas em grupo e aplicam-nas em grupo, conforme as necessidades e questionamentos de cada aluno. O planejamento das aulas é feito por meio de Projetos didáticos, contemplando temas que sejam do interesse dos estudantes. No fim do ano passado, os professores elaboraram uma prova, a qual teve por finalidade identificar em qual nível os alunos se encontravam. O resultado dessa avaliação servirá para conduzir o planejamento das aulas neste ano. Além disso, os professores organizaram o I Encontro Multicultural. Esse evento, que ocorreu na Univates, possibilitou a integração entre diferentes culturas, dando aos alunos a oportunidade de mostrarem seus dons artísticos, através de bandas, coral, teatros. Como resultados, é possível apontar que a experiência de ensinar a Língua Portuguesa como língua adicional para imigrantes possibilita o crescimento profissional e pessoal dos professores e dos alunos, além da gratidão e troca de conhecimentos vivenciados em cada aula.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Língua adicional. Ensino/aprendizagem. Prática pedagógica.

⁵¹ Acadêmica do Curso de Letras/Univates. Email: lais.menezes@universo.univates.br

⁵² Professora de Língua Portuguesa/Univates. Doutoranda em Linguística Aplicada/UFRGS.

EDUCAÇÃO E CINEMA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

Andressa Costa de Souza⁵³, Tania Micheline Miorando⁵⁴

O Cinema pode ser inserido na Educação como um dispositivo para estudar assuntos que parecem longe das rodas de conversa, mas que precisam se fazer presentes pela importância que têm. Tratar sobre os Direitos Humanos em turmas de Educação Infantil torna-se mais presente e é um assunto que pode ser melhor compreendido pelo acesso aos filmes infantis, que temos disponíveis hoje. Acreditamos, ainda que, os espaços infantis são ricos em possibilidades para se iniciar a abordagem de temas que provoquem uma formação mais solidária e que respeitem os Direitos Humanos. Este trabalho abarca os estudos sobre a Educação Infantil e o Cinema em uma Escola Municipal de Educação Infantil, situada no Vale do Taquari/RS. Nessa Escola não há crianças, filhos de imigrantes, matriculadas até este momento, mas está prontamente aberta para essa possibilidade, pelo fato de já haver, no município, vários alunos advindos de migrações de outros Estados do Brasil. Além disso, a escola acolhe vários alunos que possuem vulnerabilidade social e/ou deficiência, seja ela física ou cognitiva. A investigação que apresentamos tem como objetivo identificar se a proposta pedagógica dos professores da escola em questão usufrui do cinema para abordar questões relacionadas aos Direitos Humanos. Para os procedimentos metodológicos do trabalho será feita uma análise acerca dos relatos provindos do corpo docente e discente da escola, interligando-os com todos os fatos levantados na investigação que abordem questões relacionadas à diferença, diversidade cultural e inclusão social. A pesquisa caracteriza-se como sendo qualitativa, pelo fato de abranger um caráter exploratório, no qual, as intervenções são subjetivas e espontâneas. Esta investigação está em sua fase inicial e ainda não apresenta resultados. Entretanto, com este estudo, espera-se, a partir do cinema, provocar reflexões sobre os Direitos Humanos na escola, principalmente por haver vários alunos migrantes e que necessitam de cuidados específicos para suas habilidades escolares. Uma educação que priorize o respeito aos direitos da criança tem muito mais possibilidades de se efetivar no direito de conquista de princípios de igualdade, liberdade e fraternidade. Ainda, acredita-se que, para que aconteça a inclusão social, cultural e política, além do fato de a escola estar aberta à possibilidade de acolher filhos de migrantes e imigrantes, a proposta pedagógica da escola poderá estar aberta a preparar os alunos para uma sociedade mais solidária e menos preconceituosa.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação e Cinema. Direitos Humanos.

⁵³ Acadêmica do Curso de Pedagogia/Univates. Email: andressa0394@gmail.com.

⁵⁴ Professora na Univates. Doutoranda em Educação. Email: tmiorando@gmail.com.

A HUMANIZAÇÃO E A ÉTICA ATRAVÉS DO OLHAR PEDAGÓGICO EM UM ESPAÇO NÃO ESCOLAR

Jonalda Zeni⁵⁵, Marcia Edinéa dos Santos⁵⁶, Poliana Wathier Barbosa⁵⁷,
Tania Micheline Miorando⁵⁸

Em tempos em que os processos migratórios e imigratórios no Brasil se intensificam, no Rio Grande do Sul e no Vale do Taquari/RS, também os professores em formação inicial, do Curso de Pedagogia, reforçam suas relações de aprendizado quanto ao cuidado e à ética nas suas práticas. Um desses espaços de aprendizado profissional se dá nas áreas de Saúde a partir de estágios curriculares realizados na CURES (Clínica Universitária Regional de Educação e Saúde), que é uma clínica-escola, também da Univates. Nesse estágio podemos perceber um trabalho voltado à humanização que perpassa pelo local e também identificar a importância da ética em cada cuidado oferecido ao outro, seja ele de onde vier e sob o respeito que sua etnia traz culturalmente. O estágio se realiza em equipes interdisciplinares que agrega oito cursos da área da Saúde e Educação, entre eles, o curso de Pedagogia que se mantém presente na realização de atendimentos interdisciplinares, no qual atendem diversos usuários com diferentes especificidades que requerem cuidados que perpassam a ética e o sigilo em relação aos seus cuidados. O Código de Ética Profissional, ao estabelecer padrões esperados quanto às práticas referendadas pelas respectivas categorias profissionais e pela sociedade, procura fomentar a autorreflexão exigida de cada sujeito. O exercício feito durante o tempo de formação em práticas de estágio, a pensar pessoal e coletivamente, nas ações e consequências do exercício profissional, leva a compreender a importância das relações éticas que orientam o comprometimento empreendido ao receber cada usuário nos atendimentos. Objetivo: Identificar a humanização e a ética no cuidado dos usuários que são atendidos na Cures, e de que forma o olhar pedagógico consegue perceber estas ações nesse espaço não escolarizado. Procedimentos metodológicos: Problematizar e verificar se há humanização e ética que permeiam os espaços de atendimento, a partir da observação das reuniões de equipe e dos atendimentos aos usuários. O estudo se caracteriza por uma abordagem qualitativa, em que ocorre a observação na participação das reuniões de equipe e nos atendimentos interdisciplinares em que as estagiárias estão envolvidas. Recolhidas as impressões, busca-se pelo apoio e fortalecimento dos estudos relacionados à ética. Resultados parciais: Ao fortalecer os laços de confiança no trabalho em equipe, os estagiários, cuja formação traz saberes e fazeres interdisciplinares, destinam momentos das reuniões em equipe para que se estabeleçam acordos, tendo por lastro determinações éticas nas relações. Também, nas reuniões de equipe por turno, reservam este tempo para apresentar os principais encaminhamentos feitos durante os atendimentos e cuidam a forma como trazem as impressões de cada caso. Periodicamente são feitos estudos sobre a ética profissional nos relacionamentos estabelecidos com o usuário e em relação a ele a à rede que se estabelece à sua volta. Até este momento não foram atendidos usuários imigrantes, entretanto, a formação é pensada para mover-se no tempo e levar a um agir profissional, indiferente ao espaço em que esteja atuando, posto que a educação permeia espaços desde a saúde até os espaços escolares no qual os filhos de imigrantes em algum momento estarão presentes.

Palavras-chaves: Formação Inicial de Professores. Ética profissional. Formação profissional interdisciplinar.

⁵⁵ Acadêmica de Pedagogia, da Univates, Lajeado-RS. E-mail: jo-zeni@hotmail.com

⁵⁶ Acadêmica de Pedagogia, da Univates, Lajeado-RS. E-mail: marcia.santos9@hotmail.com

⁵⁷ Acadêmica de Pedagogia, da Univates, Lajeado-RS. E-mail: polianawb@yahoo.com.br

⁵⁸ Professora no curso de Pedagogia da Univates, Lajeado-RS. Email: tmiorando@gmail.com.

“DESMUNDO”: UM BRASIL, MUITAS LÍNGUAS, MUITAS CULTURAS

Diego Vedoy⁵⁹, Frederico Lautert⁶⁰, Jonathan Giovanella Laste⁶¹,
Tania Micheline Miorando⁶²

Nos currículos de História, o estudo sobre as migrações decorrentes dos diversos povos que constituíram o Brasil Colônia, continua sendo trazido para as aulas, algumas vezes, sob o aspecto de um tema que retratou um tempo muito distante e encerrado em uma época, dificilmente abrindo-se para a atualidade do tema. As migrações contemporâneas, muito mais próximas de nossa convivência cultural e social, traz temas que precisam estar nas rodas de conversa durante a formação acadêmica dos cursos de licenciatura, a fim de enfrentar o preconceito decorrente de uma visão colonialista que persiste desde a formação do povo brasileiro. Por isso, o objetivo deste trabalho é mostrar que, nas aulas de Língua Brasileira de Sinais, ao se estudar uma das línguas faladas no Brasil, pela comunidade surda dos centros urbanos, a prática investigativa vai para além do aprendizado de vocábulos. A metodologia utilizada consistiu no trabalho realizado em grupo, provocando, em aula, o debate sobre o tema da formação linguística e as implicações culturais, partindo para um seminário de cinema, que trouxesse riqueza para as discussões provocadas. A proposição e assistência do filme “Desmundo”, apoiado em estudos historiográficos, na leitura da obra “Negros da Terra”, foi o provocador de uma reflexão dos movimentos contemporâneos migratórios para uma visão histórica, rica em sotaques, rudezas e imposições doutrinárias. Anterior à apresentação do filme foi entregue uma pergunta a todos que assistiam, bem como se fotografou as reações dos colegas durante o filme, pois como a formação e a transformação da linguagem atualmente utilizada, a visão às relações de gênero, a escravização dos índios e sua catequização, pareciam ainda romantizadas, dado o choque que o filme provocava nas reações percebidas. Observou-se, como resultados parciais deste estudo, que o enfoque nos fluxos migratórios, bem como as diversas transformações ocorridas na sociedade da época, foram poucas vezes atualizadas em debates, gerando o preconceito na receptividade dos povos que hoje buscam abrigo em terras brasileiras. A pergunta, a partir do filme, estava voltada a provocar percepções ao aspecto das migrações ocorridas, à visão sobre os povos nele mostrado, à superioridade masculina nas relações de poder na sociedade da época, em detrimento de uma função social feminina muito diferente, reservada à mulher. Outro aspecto observado foi o de constituição da linguagem utilizada pelos imigrantes que colonizavam e traziam seus falares que, misturados entre os povos europeus e os nativos que aqui estavam, formavam outro idioma que constituía uma marca diferente daquela do colonizador. Como resultados parciais, percebemos que a maioria entre os colegas demonstrou espanto com as cenas de violência sexual e machismo, além de notarem as diferenças da linguagem, apesar de ser nomeada como Língua Portuguesa, ainda diferente da falada atualmente. Após um breve debate dos temas abordados no filme e uma análise das respostas entregues, pode-se ressaltar que as migrações, tanto dos povos europeus como os demais que no Brasil chegam de diversas formas, têm influência direta na formação que constitui e se evidencia na língua e suas implicações sociais e culturais.

Palavras-chave: Migrações contemporâneas. Língua Brasileira de Sinais. Formação linguística.

⁵⁹ Acadêmico de História, da Univates, Lajeado-RS. E-mail: diego.vedoy@universo.univates.br.

⁶⁰ Acadêmico de História, da Univates, Lajeado-RS. E-mail: frederico_la1@hotmail.com

⁶¹ Acadêmico de História, da Univates, Lajeado-RS. E-mail: jonathan.laste@gmail.com

⁶² Professora de Libras, na Univates, Lajeado-RS. E-mail: tmiorando@gmail.com.

GT MIGRAÇÃO, RELIGIOSIDADE E FEMINILIZAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Coordenadores: Margarita Rosa Gaviria Mejía, Maria da Conceição Ramos e Maria Clara Mocellin

EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS DE HAITIANOS(AS) NO RIO GRANDE DO SUL

Larissa Cykman de Paula⁶³

O propósito deste trabalho é abordar a experiência migratória de um grupo de imigrantes haitianos na cidade de Porto Alegre – RS. Para além dos motivos econômicos que impulsionam os processos migratórios, questiono sobre a possibilidade de pensar no fluxo migratório como uma forma de resistência, questionando como esta resistência pode estar relacionada à luta por direitos humanos tanto na sua inserção no Brasil como na relação mantida com o Haiti, destacando ainda o papel das redes de apoio formadas na experiência migratória. O trabalho é realizado a partir da participação nas oficinas propostas pelo Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE/SAJU – UFRGS) e por outros colaboradores com imigrantes no Bairro Sarandi, na Zona Norte da cidade. O processo da inserção dos haitianos abordado no trabalho compreende desde a trajetória dos sujeitos até as suas vivências no Brasil, explorando temas como direitos humanos (JARDIM, 2013), políticas públicas, cidadania, racismo e xenofobia. Busco perceber quais são as redes formadas, os seus limites e também quais possíveis redes não são de fato formadas. Destaco, neste primeiro momento, a importância das redes formadas por voluntários, no caso a própria rede proposta pelas oficinas organizadas pelo GAIRE, porém, atenta aos limites desta rede percebidos pela alternância e falta de regularidade do público que frequenta as oficinas. Outra rede que se mostra como uma rede a ser analisada e problematizada se refere à rede religiosa, com grande número de participantes nos espaços religiosos. Como exemplo, o culto realizado na Esperança Cordeiro na Igreja Pentecostal para haitianos conta com um público médio de cem haitianos(as), demonstrando a abrangência e relevância deste espaço. É interessante que os espaços religiosos também possibilitem pensar nas semelhanças entre Haiti e Brasil a partir da relação mantida com a religião, além desta ser uma prática que nos permite conhecer as conexões mantidas com os valores. Neste contexto, problematizo o ato de migrar em si como uma ação adotada como uma forma de resistência e de planejamento, em que, a partir das experiências do passado, o presente é transformado pensando também no futuro. Esta importância do trabalho do tempo e a reconstrução que ocorre no cotidiano (DAS, 2007) são ideias fundamentais nesta proposta de compreensão dos fluxos migratórios contemporâneos. No caso dos imigrantes haitianos, é possível pensar que o futuro planejado almeja o desenvolvimento pessoal e familiar e também o desenvolvimento do Haiti.

Palavras-chave: Experiência migratória. Haiti. Redes de apoio.

⁶³ Mestranda PPGAS/UFRGS. Orientadora: Denise Jardim. larissacykman@gmail.com

IMIGRAÇÃO HAITIANA: ACULTURAÇÃO E GÊNERO

Alice Telmo⁶⁴, Adolfo Pizzinato⁶⁵

O fluxo migratório haitiano para o Brasil iniciou-se em 2008 provocado pela acentuada crise política-socioeconômica do país. Após o terremoto de 2010 a migração intensificou-se e um número expressivo de haitianos entraram no país em busca de refúgio, sobrevivência e oportunidades de trabalho. Estimativas governamentais indicam que em 2013 o número de haitianos no país ultrapassou a marca de 10.000. Embora a principal rota de entrada no país seja pela região norte do Brasil, muitos haitianos migraram para o Estado do Rio Grande do Sul. Em uma escala global, observa-se que os fluxos migratórios aumentaram nos últimos anos. Seja por conflitos políticos ou catástrofes naturais, cada vez mais pessoas optam por deixar seus países de origem. Das pesquisas realizadas neste campo, poucas têm seu enfoque voltado para a especificidade do fluxo migratório de mulheres. Assim, frente a presente diáspora haitiana no contexto brasileiro, este trabalho visa a analisar a dinâmica migratória de mulheres haitianas no Rio Grande do Sul a partir das orientações aculturativas e das relações de gênero. A pesquisa, ainda em desenvolvimento, tem como objetivos conhecer as diferentes trajetórias de migração de mulheres haitianas, e compreender como as relações de gênero se processam no contexto migratório e modificam o modo de aculturação das mesmas. Participarão do estudo mulheres haitianas, que buscam algum auxílio junto à Paróquia da Pompéia, local de recepção de imigrantes em Porto Alegre. No primeiro contato, elas serão convidadas a participar do estudo e serão esclarecidos os objetivos e procedimentos da pesquisa. Após ser obtida a concordância em participar do estudo, serão realizadas entrevistas narrativas, nas salas de atendimento da Paróquia. Para a análise das entrevistas será utilizado o método Análise de Conteúdo, proposto por Roque Morais. Nesse estudo será possível trabalhar os temas pesquisados a partir das trajetórias de cada uma das mulheres entrevistadas, buscando compreender como se articulam os padrões de gênero para estas imigrantes frente às novas orientações aculturativas. À partir da singularidade de suas trajetórias esta pesquisa buscará compreender como o processo migratório influencia a construção de gênero que mulheres imigrantes realizam em suas vidas e quais particularidades estão inscritas neste marcador.

Palavras-chaves: Migração haitiana. Aculturação. Gênero.

⁶⁴ Psicóloga. Mestranda em Psicologia Social – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PUCRS.

⁶⁵ Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

GÊNERO E REFÚGIO: A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS HOMENS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Daniel Braga Nascimento⁶⁶, Joanna Burigo⁶⁷

O presente trabalho visa a apresentar o livreto “Avante”, por uma perspectiva teórica da sua importância no cenário nacional. Avante é um livreto sobre violência de gênero, e legislação correlata, dirigido a homens refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil. O livreto surgiu a partir de um edital lançado pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), o qual a Casa da Mãe Joanna foi selecionado, e que resultou na parceria dos presentes autores e uma equipe gráfica/design. A ideia foi apresentar informações sobre a legislação vigente no Brasil acerca de crimes como assédio, estupro e violência doméstica de forma acessível e universal. A legislação brasileira é clara na igualdade formal no que se refere a homens e mulheres. No entanto, diversos refugiados chegam ao Brasil sem saber da legislação referente à temática, e trazem consigo sua cultura, onde a mulher, em diversos casos, é vista como um objeto não detentor dos mesmos direitos que o homem. Tal projeto é pioneiro no Brasil e sua divulgação será em âmbito nacional. Como “ensinar” a cultura local sem ser imperialista? As tentativas de dominar, estão cedendo espaço a teorias mais novas, mais flexíveis e mais brandas, conforme os fluxos migratórios se tornam cada vez mais complexos de entender, e de achar soluções via governos que não possuem respostas a tais demandas. A assimilação da legislação deve ser feita de que modo? As liberdades individuais devem ser salvaguardadas? Na Noruega, cursos sobre legislação contra violência de gênero começaram a ser lecionadas para refugiados, a fim de apresentar os aspectos legais e diferenças entre culturas. Na França, uma lei proíbe o uso da burca com fundamento no princípio *vivre ensemble*, o qual foi corroborado pela Corte Europeia de Direitos Humanos, demonstrando um exemplo de proibição da expressão cultural/religiosa do outsider, do refugiado, do estranho. E como não reduzir a masculinidade de refugiados homens ao apresentar um material impresso que relacione gênero e legislação correlata? Inspirados nos gibis e com um personagem forte e de fácil identificação por homens das mais diversas nacionalidades, o projeto contou com pesquisa gráfica e contato direto com refugiados nas Cáritas de São Paulo e Rio de Janeiro. A grande tarefa, pois, é combinar os novos deslocamentos e configurações econômicas e sociopolíticas de nossa época e a assombrosa realidade da interdependência humana em escala mundial. Não tentar dominar os outros, não tentar classificá-los nem hierarquizá-los e, sobretudo, não repetir constantemente o quanto “nossa” cultura ou país é melhor são as linhas de fundo deste trabalho.

Palavras-chave: Migrações. Direitos Humanos. Gênero. Violência.

⁶⁶ Mestrando em Direito Internacional Público UFRGS. Advogado do GAIRE/SAJU/UFRGS – Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados, danbragan@yahoo.com.br.

⁶⁷ Fundadora da Casa da Mãe Joanna. Mestre em Gênero, Mídia e Cultura pela LondonSchoolofEconomics, jb.casadamaejoanna@gmail.com.

MULHERES REFUGIADAS E VULNERABILIDADE: A DIMENSÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM SITUAÇÕES DE REFÚGIO

Simone Andrea Schwinn⁶⁸, Marli M. M. da Costa⁶⁹

As migrações internacionais são uma realidade cada vez mais importante nos debates que envolvem direitos humanos e de forma transversal, sobre os direitos humanos das mulheres, cujas pesquisas ainda são restritas. Segundo o ACNUR (Agência das Nações Unidas para Refugiados), as mulheres e crianças representam, ao menos, metade das pessoas deslocadas no mundo, encontrando-se em situação de vulnerabilidade, longe de suas origens, sem a proteção de seu governo, afastadas da família. Nesse contexto, as mulheres e meninas, na longa jornada em busca de segurança, sofrem com a indiferença oficial, a perseguição e, não raro, com abusos sexuais e a consequente estigmatização por sua condição de mulher refugiada. Os conflitos armados tem sido causa frequente para o grande deslocamento de pessoas, e, para as mulheres, estas situações representam um risco muito maior, uma vez que em muitos casos o estupro tem sido usado como arma de guerra. Observa-se então, as diferentes dimensões que a violência alcança na vida das mulheres refugiadas: cultural, social, psicológica, sexual. As estratégias para combate às estas formas de violência tem sido alvo de atenção do ACNUR, que tem procurado promover formas de proteção a partir de compromissos assumidos pelo Alto Comissariado, especificamente para atender as especificidades e necessidades de proteção dessa população vitimada, muitas vezes, pela indiferença estatal. Para descrever esta jornada, necessário entender o fenômeno das migrações, e, de forma especial o refúgio, para que se possa dar atenção às dimensões da violência sofrida por mulheres refugiadas, condição que lhes coloca em situação de extrema vulnerabilidade. Na condição de refugiadas, fazem jus à proteção pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados que, na tentativa de combater as graves violações sofridas por mulheres e meninas em situação de refúgio criou mecanismos específicos para esta população. Entende-se que, embora importante, o trabalho do ACNUR tem sido insuficiente para o combate às diferentes formas de violência por elas sofridas. Ressalta-se que se trata de um trabalho de revisão bibliográfica, baseado em literatura relevante sobre o tema, além de pesquisa documental. O método a ser utilizado é o hipotético dedutivo, cuja hipótese reside no fato de que a violência sofrida por mulheres refugiadas tem várias dimensões, nem sempre alcançadas pelas instituições responsáveis por sua proteção, mostrando que tem sido insuficiente para sanar essas violências.

Palavras-chave: Gênero. Migrações. Refúgio. Violência. ACNUR.

⁶⁸ Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. ssimoneandrea@gmail.com.

⁶⁹ Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. marlimmdacosta@gmail.com.

TRAJETÓRIAS FEMININAS NA MIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL

Margarita Rosa Gaviria Mejía⁷⁰, Rosmari Terezinha Cazarotto⁷¹

Nos últimos anos, no Vale de Taquari, vem se acentuando o problema da falta de mão de obra em empresas de construção civil e em indústrias e cooperativas de alimentos, e a entrada de haitianos no Brasil apresenta-se como possibilidade de suprir essa carência. No final de 2011 e início de 2012, uma parcela da população haitiana que se encontrava no Acre à espera da documentação necessária para se inserirem no mercado de trabalho no Brasil, é recrutada por empresas no Sul e Sudeste do Brasil após negociações com empresários. Para pensar esta realidade, iniciamos em 2013, paralelamente à pesquisa bibliográfica sobre migrações uma pesquisa etnográfica destinada a compreender a situação desses imigrantes que vieram para o Vale de Taquari. Fizemos entrevistas dirigidas aos haitianos que tinham maior facilidade de comunicação em português e vontade de compartilhar suas vivências como imigrantes. Essa interação tem-nos permitido mapear algumas trajetórias de vida de imigrantes haitianos sem distinção de gênero. Informações com base nas quais percebemos diferenças entre a “voz” dos homens e o “silêncio” das mulheres. Diferenças de gênero que abordamos a partir de uma visão retrospectiva do processo migratório de haitianos para o Brasil, que inicia após o terremoto no Haiti, em 2010. As primeiras informações revelam que entre os primeiros imigrantes que escolheram o Brasil como destino de migração, a participação masculina era dominante. Mas, à medida que este processo avança, a presença feminina aumenta. Na análise do processo, percebe-se que o significado do projeto migratório muda conforme o gênero. Da ótica feminina destaca-se a migração como um projeto familiar, que envolve tanto os membros da família que ficam quanto os que partem. Elas aspiram arrumar emprego e ter renda suficiente para estar no Brasil e enviar dinheiro para a família no Haiti. Nesse sentido, propomo-nos a tratar acerca do protagonismo feminino na migração haitiana no Brasil, construído em diálogo com material etnográfico produzido no estudo de trajetórias de vida de mulheres haitianas que se encontram no Vale de Taquari, Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Mulher. Migração. Haiti. Família transnacional. Gênero.

⁷⁰ Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) e do CCHS da Univates.

⁷¹ Professora e pesquisadora da Área das Humanidades do CCHS da Univates.

PRÁTICAS RELIGIOSAS E IMIGRAÇÃO NO BRASIL: CARISMA E AÇÃO PASTORAL

Norberto Decker⁷²

O trabalho investiga a participação de práticas religiosas junto ao poder público no âmbito da construção de políticas públicas para imigrantes e refugiados no Brasil. Através de fóruns sociais e comitês gestores voltados ao tema da mobilidade humana, sublinha o protagonismo desempenhado pela Igreja Católica (com destaque para a ordem dos Scalabrinianos) no atendimento às populações migrantes. A análise dá-se a partir da perspectiva histórica de formação de um determinado carisma religioso com o objetivo de explorar as tensões e ambiguidades do humanitarismo, campo permeado por narrativas hegemônicas e por práticas e saberes de moralização social. A situação inicial que encontrei em minha pesquisa em 2013 dizia respeito ao crescente fluxo de imigrantes senegaleses e haitianos em direção à serra gaúcha, especialmente para a cidade de Caxias do Sul (município com aproximadamente 400.000 habitantes e a segunda maior economia do Rio Grande do Sul). Segundo relatos das irmãs scalabrinianas que os atenderam na cidade, havia, e há ainda, enormes dificuldades no acolhimento dessas pessoas, sobretudo no que tange à língua e, no caso mais específico dos senegaleses, cumpre sublinhar a novidade que representou o “perfil religioso” muçulmano. A dificuldade também se encontrou no diálogo com a prefeitura, segundo a qual, o atendimento a esta população seria um problema basicamente de responsabilidade da igreja e não da administração municipal. A temática da religião pode ser heurísticamente importante neste tipo de análise, pois ela não surge de forma espontânea na fala dos atores. Mesmo por parte de instituições religiosas, o que se percebe é a disseminação de um discurso laico da cidadania, de forma que a religião aparece apenas quando solicitada diretamente pelo pesquisador. Uma vez rompido este silêncio, o que emerge é o discurso de valorização da pluralidade acompanhado, contudo, pela explicitação dos entraves para a efetiva convivência dos diferentes códigos culturais entre si. Neste contexto hegemônico das políticas públicas, percebe-se que o jogo da representação e da captação de recursos é amplamente aceito por todos os jogadores, restando a eles disputar tão somente distintas concepções (morais inclusive) de gestão do social. Por meio de um estudo do modo como a modernidade opera a regulação do religioso, minha proposta é debater o papel da religião no atual contexto de proposição de uma nova política migratória transfronteiriça no Brasil. Refletir sobre o lugar do Estado na condução de políticas sociais, bem como perscrutar a ação religiosa junto às esferas de decisão política voltadas à realidade da mobilidade humana pode nos ajudar a aprofundar a compreensão das conexões entre as dimensões da religião e dos Estados nacionais modernos. É curioso observar que vemos aqui não somente a globalização do fenômeno migratório, mas também a globalização de valores como caridade e solidariedade em um campo permeado por ações pastorais que visam a humanizar as condições de existência de migrantes e refugiados em âmbito internacional.

Palavras-chave: Religião. Imigração. Humanitarismo. Política.

⁷² UFRGS. decker.norberto@gmail.com.

“COM A FACA NO PESCOÇO”: TRABALHO, MERCADO E RELIGIÃO. A CERTIFICAÇÃO HALAL E OS IMIGRANTES NOS FRIGORÍFICOS DE AVES NO CENTRO-NORTE DO RS

João Carlos Tedesco⁷³

Os fluxos imigratórios para o Sul do Brasil se intensificaram na última meia década. Novos espaços de trabalho foram sendo demandados pelos imigrantes, em particular, haitianos, senegaleses e bengalis. A intensa presença de frigoríficos em algumas regiões do Paraná (Sudoeste, em particular), em Santa Catarina (Meio-oeste) e Rio Grande do Sul (Centro-norte), tanto de suínos, quanto de frangos, está atraindo alguns milhares de trabalhadores imigrantes. Desse modo, um novo dinamismo produtivo se desenha nessa atividade. Daremos ênfase a algumas relações de trabalho e do sistema de Certificação Halal presentes em frigoríficos do Centro-norte do Rio Grande do Sul. Justificamos nosso estudo devido a essa realidade intensa de presença de imigrantes no quadro de funcionários do ramo de carnes, em geral, de frangos; do fato de que a Certificação Halal presente nos frigoríficos contribui com um percentual muito alto dos abates e da exportação, bem como se intensificou pela presença de trabalhadores imigrantes de origem muçulmana, a maioria deles requerente de refúgio; por serem empresas terceirizadas atuando no interior dos frigoríficos em sua atividade-fim (algo ainda não regulamentado pela legislação brasileira); por haver uma profunda ligação de crenças e princípios religiosos com a dinâmica econômica do setor em mercados modernos, altamente concorrentes e globalizados; ou seja, a produção de uma mercadoria (frango) que carrega dimensões simbólicas no campo das crenças e princípios religiosos históricos do Islã, mas que obedece à lógica comum da mercadoria quando, em sua confecção, há relações sociais de trabalho assalariado. Desse modo, fatores da tradição religiosa são otimizados pela dinâmica moderna do mercado globalizado do campo da alimentação. A presença de imigrantes muçulmanos favoreceu esse processo todo, bem como estão sendo redefinidas estratégias produtivas no interior das matrizes industriais, garantindo a presença de imigrantes de múltiplas nacionalidades, ligando a região a espaços transnacionais de mercado e de vínculo migratório, produzindo relações sociais de produção precarizadas. Isso também revela um mundo em movimento, tradições e modernidades se imbricando e culturas de grupos sociais se evidenciando em espaços produtivos até então distantes.

Palavras-chave: Imigrantes. Certificação Halal. Frigoríficos. Muçulmanos.

⁷³ E-mail: jctedesco@upf.br.

A RELIGIOSIDADE CATÓLICA E AS SUAS INFLUÊNCIAS NA COLÔNIA GERMÂNICA SANTA CLARA (1911-1917)

Simone Elisa Weber⁷⁴, Márcia Solange Volkmer⁷⁵

O presente trabalho é resultado de pesquisas realizadas junto ao acervo da Paróquia São Francisco Xavier, de Santa Clara do Sul/RS. O objetivo principal deste estudo é compreender as movimentações sociais e financeiras ocorridas na Vila Santa Clara/RS entre os anos de 1911 e 1917, relacionadas à construção da Igreja Matriz São Francisco Xavier. Dentre as principais fontes utilizadas estão documentos pertencentes ao arquivo da Paróquia, a exemplo de um livro caixa, com diversos dados sobre a contabilidade paroquial entre os anos de 1911 e 1924, caracterizados pela riqueza de seus registros. Além disso, foram utilizadas fontes que permitem a identificação nominal dos membros da comunidade, e bibliografia referente à imigração germânica, história e colonização do Vale do Taquari. A Vila Santa Clara passa a ser ocupada por imigrantes germânicos e migrantes descendentes de germânicos a partir de 1869. De maneira geral, essas famílias migraram das chamadas antigas colônias, criadas nos Vales do Caí e Jacuí na primeira metade do século XIX. Quando estas famílias chegam à Santa Clara precisam organizar a colônia, estando dentre as prioridades a criação e construção de uma escola e de uma igreja. Nas primeiras décadas de ocupação da Colônia foram construídos dois templos, que também eram utilizados como escola. Já no início do século XX, devido ao grande número de habitantes da Vila e de seus entornos, surgiu a necessidade de construção de uma igreja que pudesse acolher a todos os fiéis. A construção desse novo templo tem início em 1913 e é finalizada em 1916. Dentre os principais aspectos analisados, pode-se destacar a maneira com a qual estes imigrantes e descendentes de imigrantes germânicos buscaram adaptar e organizar seus costumes ao novo ambiente no qual se inseriam, a importância da religiosidade neste período para esta população, o envolvimento comunitário para tornar a obra possível, o número de famílias participantes, bem como os valores doados por família, considerando as suas possibilidades financeiras. Como principais resultados podemos observar o aumento da população e do envolvimento social e financeiro da comunidade em geral na instituição religiosa. Santa Clara caracterizava-se no período como uma pequena vila de descendentes de imigrantes germânicos, em especial de praticantes do catolicismo, que ainda mantinham diversos traços sociais e organizacionais de seus antepassados, tais como a língua, a alimentação, e a religiosidade.

Palavras-chave: Teuto-brasileiros. Catolicismo. Comunidade. Santa Clara do Sul.

⁷⁴ Univates. mone-weber@hotmail.com.

⁷⁵ Univates. marciavolkmer@gmail.com.

PERFIL IMIGRATÓRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI

Roberto Rodolfo Georg Uebel⁷⁶, Aldomar Arnaldo Rückert⁷⁷

As migrações internacionais para o Brasil têm experimentado um crescimento exponencial nas últimas duas décadas, com migrantes vindo predominantemente de países vizinhos latino-americanos, Europa Ocidental e Leste da Ásia. Dentro do território brasileiro, o estado que mais vem se destacando em números absolutos de imigrantes nos últimos anos é o Rio Grande do Sul, estrategicamente localizado na parte mais meridional do país e fronteiro com a Argentina e o Uruguai. O estado está inserido nas rotas migratórias internacionais entre o sudeste asiático, Oceania, América do Sul e África e Europa, dadas as suas conexões aéreas e marítimas. O presente artigo analisa o perfil social, demográfico e laboral das migrações internacionais para o RS nas últimas duas décadas, usando-se a abordagem metodológica das escalas geográficas, além dos instrumentais da cartografia temática. Esta pesquisa igualmente está inserida no âmbito de um projeto maior sobre as transfronteirizações na América do Sul, que têm dentre suas dinâmicas, a reconfiguração das fronteiras a partir dos novos fluxos imigratórios, especialmente na Bacia do Prata – uma das regiões de análise do artigo – e no Arco Norte das fronteiras brasileiras. Assim, através destes processos de transfronteirizações, os fluxos imigratórios analisados também integram a agenda de transformações territoriais do Brasil e, mais especificamente, do Rio Grande do Sul, tendo em consideração as questões de mobilidade laboral, trabalho e dinâmicas sociais-territoriais. Ademais, o artigo analisa o perfil e motivação dos migrantes de cada continente em direção ao estado e suas repercussões sociais e econômicas. Por fim, o artigo conclui com notas e projeções dos fluxos migratórios para a atualidade e reminiscências das migrações para o Brasil em geral. É um artigo que deseja projetar a discussão sobre as migrações contemporâneas para o Brasil e Rio Grande do Sul, incorporando discussões da Demografia, Geografia e Relações Internacionais, em um momento de profundas transformações políticas, econômicas, ideológicas e sociais (inclusive de direitos humanos) no campo das migrações e políticas migratórias no Estado brasileiro, alicerçado em bases questionáveis e indagadoras sobre os rumos da gestão das migrações e refúgio no âmbito da Administração Federal interina e dos próprios fluxos imigratórios analisados pelo artigo. Por fim, o artigo lança mão de aportes e bases para futuras discussões sobre as migrações e mobilidades transfronteiriças não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o Arco Sul das fronteiras brasileiras e mercosulinas.

Palavras-chave: Imigrações. Rio Grande do Sul. Perfil. Século XXI.

⁷⁶ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pesquisador do Laboratório Estado e Território (LABETER/UFRGS). roberto.uebel@ufrgs.br.

⁷⁷ Professor do Departamento de Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pesquisador-Líder do Laboratório Estado e Território (LABETER/UFRGS). aldomar.ruckert@gmail.com

GT SAÚDE E IMIGRAÇÃO

Coordenadores: Daniel Granada, Natália Ramos, Ioná Carreno e Ana Bonilha

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE APOIO PARA IMIGRANTES EM PORTO ALEGRE

Nathália dos Santos Lobo⁷⁸, João Luís Almeida Weber, Alice Einloft Brunnet,
Laura Teixeira Bolaséll, Adolfo Pizzinato

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência sobre um grupo de apoio destinado a imigrantes e refugiados que foi realizado entre agosto e dezembro de 2015 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Os grupos de apoio têm como objetivo auxiliar pessoas durante períodos de ajustamento a mudanças, no tratamento de crises ou na manutenção ou adaptação a novas situações. Desta forma, o grupo descrito neste estudo se propôs a oferecer um espaço aberto, no qual os participantes pudessem discutir livremente questões relacionadas às dificuldades enfrentadas durante o processo migratório. Os encontros ocorreram quinzenalmente durante seis meses, totalizando 12 encontros, os quais foram mediados por psicólogos e estudantes de Psicologia. Esses possuíam duração média de uma hora e foram realizados em um espaço cedido pelo Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações de Porto Alegre. O grupo era aberto e o número de participantes variava de cinco a 15 por encontro. Este era composto por imigrantes de diferentes nacionalidades, como senegaleses, haitianos, marroquinos e ganeses, e fora composto predominantemente por homens e em situação de imigração econômica. Devido à pluralidade de nacionalidades e idiomas, o português fora estabelecido para ser utilizado no grupo. Foram levantadas as principais demandas dos participantes, as quais foram trabalhadas no decorrer das sessões com a utilização da estratégia participativa. Assim, as principais demandas que emergiram foram referentes ao trabalho, à qualificação profissional, à dificuldade de encontrar moradia, ao racismo, à saudade da família, à religião, aos planos para o futuro no Brasil, dentre outras. Além das questões voltadas aos temas de trabalho, também houve uma troca cultural, onde os imigrantes traziam elementos e características de sua cultura, contrastando com o modo de vida no Brasil. Portanto, o grupo tornou-se um espaço que favoreceu o compartilhamento de experiências, o desenvolvimento de habilidades para enfrentamento de situações difíceis, o suporte social e o apoio com informações de ordem prática, assim como o estabelecimento de uma rede entre os imigrantes e os facilitadores. O maior desafio encontrado no decorrer dos encontros foi a barreira do idioma, que facilitava a maior participação de alguns participantes e inibia a de outros.

Palavras-chave: Grupo de apoio. Imigrantes. Relato de experiência.

⁷⁸ Graduanda em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: nathalia.lobo@acad.pucrs.br.

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS IMIGRANTES EM LAJEADO-RS

Daniel Granada⁷⁹, Ioná Carreno⁸⁰

Esta comunicação apresenta resultados preliminares de uma pesquisa sobre o recente processo de chegada de imigrantes haitianos no Brasil e sua inserção regional no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. A pesquisa teve início em novembro de 2013 e é baseada em etnografia multissituada (MARCUS, 1995; 2002), entrevistas foram realizadas com Agentes Comunitários de Saúde na cidade de Lajeado, no Rio Grande do Sul, Brasil entre outubro de 2014 e março de 2015. Nosso objetivo é apresentar as “representações sociais” dos Agentes Comunitários de Saúde com relação aos imigrantes haitianos e sua inserção local no interior de um campo social transnacional. Conforme explica Jodelet (1994), as representações se caracterizam por acarretarem atividades mentais (de percepção, conceituais e de memória), elas se constituem em representações mentais de um objeto restituído simbolicamente, portando em si o caráter construtivo, criativo e autônomo da representação que comporta tanto a reconstrução e interpretação do objeto, como a expressão do sujeito. A comunicação explora as representações sociais dos ACS com relação à recente presença de imigrantes haitianos, em uma região historicamente colonizada por descendentes de alemães e italianos. As entrevistas realizadas entre outubro de 2014 e março de 2015 demonstram a relação complexa que existe no processo de instalação destes imigrantes e suas relações com o Estado, cuja atuação junto à população imigrante é também sentida pela presença dos ACS. Na cidade de Lajeado foram os ACS os primeiros atores a identificar e a informar o poder público sobre a existência dos estrangeiros nos bairros desfavorecidos da cidade. Nesse sentido, estes ACS se veem confrontados a uma população que não fala, ou domina pouco a língua portuguesa e que possui necessidades distintas da população local em razão da própria vulnerabilidade da condição de imigrante em uma terra estrangeira. O artigo apresenta o papel dos ACSs no monitoramento e controle populacional e explica a sua atuação junto à população imigrante. Também ressaltam as representações sociais deste ACS com relação à população haitiana recentemente instalada na região. As conclusões apontam a importância dos ACS no monitoramento da população, extrapolando suas funções de elo entre a comunidade e estratégia de saúde da família, mas se constituindo em informantes da administração municipal sobre as mudanças populacionais da região. Suas representações com relação aos imigrantes não escapam das ideias preconcebidas da sociedade na qual estão inseridos.

Palavras-chave: Imigração. Haitianos. Saúde.

⁷⁹ Univates - Brasil/ Université de Paris Ouest Nanterre la Défense - França.

⁸⁰ Univates - Brasil.

CARTOGRAFIA DA ATENÇÃO À SAÚDE DE IMIGRANTES HAITIANOS RESIDENTES EM CHAPECÓ-SC

Ana Paula Risson⁸¹, Ana Cristina Costa Lima⁸², Regina Yoshie Matsue⁸³

Os fluxos migratórios contemporâneos trouxeram para a sociedade civil e às instituições públicas e privadas desafios sociais, relacionados à saúde, educação, assistência social, mobilidade humana, trabalho, habitação, dentre outros. Em meio a estes fluxos, destaca-se a imigração haitiana para Chapecó - SC, que ocorreu inicialmente pela contratação destes imigrantes para trabalhar nas agroindústrias da cidade e, na sequência, pela rede de comunicação entre os próprios haitianos. Dados de estimativas apontam uma população imigrante e instalada em Chapecó de aproximadamente 3.000 haitianos. Essa pesquisa de mestrado abordou uma das dimensões da imigração haitiana para esta cidade: o acesso e a atenção à saúde. Diante desse cenário, o referido estudo analisou como aproximadamente 150 trabalhadores da saúde percebem seu trabalho com usuários haitianos de seis Unidades Básicas de Saúde (UBS), no município de Chapecó, SC. **Método:** pesquisa de abordagem qualitativa cartográfica, sendo que a produção de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa, diários de campo e oficinas de intervenção com trabalhadores das UBS, pesquisa documental e observação do cotidiano - a partir de participação em grupos da sociedade civil propiciados pela militância da pesquisadora. Estas escolhas permitiram compreender os processos trabalho nas UBS para o acolhimento e assimilação de uma população imigrante, pessoas que deixaram com dor o seu país, que falam outra língua, desconhecem o SUS e têm necessidades iguais e diferentes da população da cidade. **Resultados:** a proposta foi de transpor esse território do trabalho em saúde e tornar discurso as percepções das interrelações e subjetividades que atravessam o cotidiano dos serviços e ao mesmo tempo emanam das peculiaridades dos participantes. Esta cartografia propôs um rizoma - fundamentado por Gilles Deleuze e Félix Guattari - e a análise de seus discursos por meio de dispositivos de biopoder - de Michel Foucault -, que nos afastam daquilo que não é caracterizado como a normalidade e é carregado de subjetividades e, portanto, interfere na interrelação de trabalhadores e usuários haitianos. Ao mesmo tempo, não há nem políticas especiais nem apoio aos trabalhadores, emergindo a questão: como podem somente intuitivamente as equipes, na máquina gestão da atenção primária em saúde, abrirem-se às necessidades em uma situação nova e aparentemente aversiva? Em nível nacional, estadual ou municipal não foi encontrada política pública especial para esta situação nova e singular. Constatou-se, portanto, que o direito e a integralidade em saúde (um dos princípios do SUS) precisam permear a gestão e o cuidado em saúde em Chapecó, com formação de subjetividades inclusivas e para isso é preciso entender o apego às tradições e a uma suposta cultura local de não abertura ao desconhecido. **Considerações finais:** percebeu-se que, embora os trabalhadores sinalizem dificuldades no atendimento desta população, esforçam-se também para acolher a demanda e encaixá-la nos protocolos de atenção, utilizando-se de ferramentas como: tradução na internet, mímicas e desenhos explicativos. No entanto, identificou-se que a saúde não avança em questões que se referem às subjetividades humanas, como propõe a saúde coletiva, na leitura de integralidade em saúde.

Palavras-chave: Cartografia. Imigração haitiana. Integralidade. Atenção básica em saúde.

⁸¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde - Unochapecó. annarisson@gmail.com.

⁸² Psicóloga, Doutora em Ciências Humanas e professora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências da Saúde - Unochapecó.

⁸³ Antropóloga, Doutora em Antropologia e professora Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências da Saúde.

O ENVELHECIMENTO NO VALE DO TAQUARI: AS PERCEPÇÕES DOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS, ALEMÃES E AÇORIANOS

Jéssica Maria Moccelin⁸⁴, Arlete Eli Kunz da Costa⁸⁵, Noeli Juarez Ferla⁸⁶,
Luis Felipe Pissaia⁸⁷, Claudete Moreschi⁸⁸

O Vale do Taquari localiza-se na encosta superior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul, distante cerca de 150 quilômetros da capital, Porto Alegre. Conforme a contagem populacional de 2007, a região possui cerca de 30.315.530 habitantes, sendo em sua maioria descendentes de imigrantes italianos, alemães e açorianos. Outra curiosidade do Vale do Taquari são as altas taxas de idosos, consideradas entre as maiores do estado. O crescimento constante da população na terceira idade reflete o aumento da longevidade da população regional, tornando o estudo relevante e de impacto social. O aumento da expectativa de vida não é um fenômeno local, no entanto visível com destaque em países em desenvolvimento, não sendo uma característica presente em todas as regiões do Brasil. O objetivo deste estudo foi conhecer o processo de envelhecimento no contexto dos descendentes de imigrantes italianos, alemães e açorianos residentes no Vale do Taquari/RS, Brasil. Trata-se de um estudo de campo, exploratório e descritivo com abordagem qualitativa. A coleta de dados realizou-se através de entrevistas com cinco idosos participantes em grupos de convivência em 15 dos 37 municípios que fazem parte da 16ª Coordenadoria Regional de Saúde, totalizando 75 sujeitos. Para que a pesquisa ocorresse, foram observados os aspectos éticos, conforme Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que institui as diretrizes e normas reguladoras de pesquisas que envolvem seres humanos. Verificou-se que o idoso é definido como um novo ator social no contexto comunitário regional, possuindo direitos e deveres a serem respeitados e implementados. Constatou-se a necessidade de mudanças sociais com a finalidade de oferecer qualidade de vida à população em envelhecimento, principalmente através de estratégias de educação em saúde. Vivenciaram-se as dificuldades que o avanço da idade acarreta ao corpo e a mente dos indivíduos, induzindo a uma dependência intersubjetiva de familiares ou cuidadores. Analisou-se a relação entre saúde e qualidade de vida, atribuindo a si maiores significados, como os culturais muito presentes nos imigrantes do Vale, contribuindo para a ampliação dos conceitos assistenciais. Verificaram-se os obstáculos na inserção do idoso no mercado de trabalho, e as dificuldades financeiras enfrentadas nesta fase vital, onde a responsabilização social torna-se deficitária. Considera-se necessário refletir sobre estratégias de impacto à população idosa com a finalidade de preservar seus direitos básicos e garantir qualidade de vida. As práticas culturais que compõem os costumes da população local devem ser respeitados e incorporados no contexto de clínica ampliada, desenvolvendo uma assistência holística e efetiva a cada indivíduo. A comunidade em geral juntamente com os governantes a nível municipal, estadual e federal possuem a possibilidade de incorporar ferramentas sociais contra a preconceito com o idoso e preservar sua integridade física e psicológica.

Palavras-chave: Imigrantes. Atenção Integral ao Idoso. Cultura. Assistência Integral à Saúde do Idoso. Qualidade de Vida.

⁸⁴ Acadêmica do Curso de Enfermagem pela Univates. jessica.moccelin@universo.univates.br.

⁸⁵ Enfermeira, Doutora em Ambiente e Desenvolvimento e Docente do Curso de Enfermagem da Univates. arlete.costa@univates.br.

⁸⁶ Biólogo, Doutor em Ciências e docente da Univates. njferla@univates.br.

⁸⁷ Acadêmico do Curso de Enfermagem pela Univates. lpissaia@univates.br.

⁸⁸ Enfermeira, Doutoranda em Ambiente e Desenvolvimento e Bolsista da Fundação de Amparo de Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul- FAPERGS. clau_moreschi@yahoo.com.br.

O CRIME DE INFANTICÍDIO NO BRASIL

Candida Arend⁸⁹

Entre os bens de que a pessoa é titular e que o Direito procura garantir com o rigor da sanção punitiva, ocupa o primeiro lugar a vida. No crime de infanticídio a própria mãe, contrariando os impulsos da natureza, atua contra o próprio filho. O crime de infanticídio, ao longo da história, tem sido tratado de diversas maneiras pelos legisladores, ora recebendo um tratamento mais severo, ora mais indulgente. Em algumas organizações as penas cominadas para tal delito eram atrozes, como a do suplício do saco de couro, que consistia no cozimento do condenado em um saco com um cão, galo, uma víbora e uma macaca, após o que era lançado ao mar. O objetivo deste trabalho é apresentar um resgate histórico sobre a legislação do infanticídio no Brasil. Foi a partir do século XVIII, sob a influência das ideias iluministas que as legislações mundiais iniciaram um tratamento mais benevolente para esse tipo de delito, passando a morte do recém-nascido provocada pela genitora a constituir um delito autônomo, punido com benevolência. Esse novo modelo passou a compor várias legislações, algumas delas, como a brasileira, prescindindo do elemento honra. O Código Criminal Brasileiro de 1830, no artigo 197, impunha uma pena reduzida ao infanticídio, mesmo praticado por estranhos e sem motivo de honra. Já o artigo 198 do mesmo diploma legal, previa para essa modalidade, quando praticada pela mãe, a pena branda de um a três anos de prisão e trabalho, atendendo ao caráter de delito excepcional, configurando-o na espécie *honoris causa*. Já o código brasileiro de 1890 descrevia em seu Artigo 298 que matar recém-nascido, nos sete primeiros dias do seu nascimento, quer empregando meios diretos e ativos quer recusando à vítima os cuidados necessários à manutenção da vida e a impedir sua morte, uma pena de prisão de seis a vinte e quatro anos. Se o delito fosse praticado pela mãe, para ocultar a própria desonra, a pena de prisão seria de três a nove anos. O Código Penal de 1940 conceitua o delito de infanticídio no seu artigo 123 como: “matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após”. A figura típica do Código Penal atual não exige nenhum fim especial para beneficiar a mãe com o delito privilegiado, bastando que ela esteja envolvida pelo estado puerperal. Assim, figura um critério fisiopsíquico, que abandona qualquer consideração acerca da legitimidade da gravidez. A *causa honoris* deixa de ocupar posto de destaque para ceder lugar ao exame da perturbação fisiopsíquica produzida pelo fenômeno do parto. De acordo com essa orientação, o privilégio só será concedido se a morte dada ao filho ocorrer sob a influência do estado puerperal. Com as sucessivas mudanças na lei penal, desde 1830 até o Código Penal vigente, é possível perceber modificações na concepção de infanticídio. Sendo que dois foram os critérios adotados pelas legislações para tipificarem o delito, um que leva em consideração o estado psicológico e o outro o fisiopsíquico da mulher parturiente.

Palavras-chave: Infanticídio. Direito. História.

⁸⁹ Graduada em Direito, UNISINOS. candida.arend@gmail.com.

GT IDENTIDADE, ETNICIDADE E IMIGRAÇÃO

Coordenadores: Márcia Solange Volkmer e Rosmari Terezinha Cazarotto

ACULTURAÇÃO EM IMIGRANTES HAITIANOS E COMUNIDADE DE ACOLHIDA

Ezequiel Simonetti Cargnelutti⁹⁰, João Luís Almeida Weber, Alice Einloft Brunnet,
Nathália dos Santos Lobo, Adolfo Pizzinato

Atualmente, o Brasil está vivendo um novo fluxo migratório, sobretudo de imigrantes haitianos e de países africanos (predominantemente Senegal e Gana). O estado do Rio Grande do Sul vem sendo um dos destinos mais visados, concentrando boa parte dessa população que realizou o processo migratório recentemente. Dados oficiais da Organização Internacional para as Migrações indicam que atualmente estão registrados 1.575 imigrantes haitianos no estado; entretanto, a mídia estima que atualmente residam cerca de 7 mil haitianos. No Brasil, ainda são poucas as pesquisas realizadas nesse contexto, assim a presente pesquisa busca investigar questões atreladas ao processo de aculturação de imigrantes haitianos, bem como questões psicossociais atreladas ao racismo e à qualidade de vida. O conceito de aculturação compreende a mudança que ocorre quando pessoas, ou grupos, procedentes de diferentes contextos culturais, entram em contato regular com outras culturas. O método utilizado é quantitativo, com delineamento transversal. A amostra é composta por 65 haitianos (comunidade migrante) (GC = 90%, EA = 10%), maiores de 18 anos e residentes no Rio Grande do Sul e 68 brasileiros (comunidade de acolhida) (GC = 90%, EA = 10%), maiores de 18 anos e residentes na cidade de Encantado. Essa cidade foi escolhida por ser a de maior proporção de imigrantes haitianos, no Rio Grande do Sul, em sua população de moradores. É utilizado o *Immigrant Acculturation Scale* (IAS) para a comunidade migrante o *Host Community Acculturation Scale* (HCAS) e a Escala de Racismo Moderno para a comunidade de acolhida. As escalas de aculturação investigam as orientações aculturativas quanto aos domínios cultura, valores, costumes, endogamia/exogamia, emprego e linguagem. Além desses instrumentos, para ambos os grupos são utilizados o Questionário de dados sociodemográficos e o *World Health Organization Quality of Life BREF* (WHOQOL – BREF). Os resultados preliminares indicam que os imigrantes haitianos vêm adotando uma orientação aculturativa de integração, buscando agregar elementos da cultura brasileira e mantendo sua cultura de origem. Quanto à comunidade de acolhida, percebe-se que parte dos participantes adota orientações integracionistas e individualistas - a qual olha o indivíduo a partir de sua singularidade, porém outra parcela adota atitudes segregacionistas e de exclusão, as quais estão relacionadas com atitudes racistas. Outras questões que foram evidenciadas e dificultam a qualidade de vida dos imigrantes são o desemprego, a linguagem, as más condições de moradia e o preconceito percebido. A partir desta pesquisa e das possibilidades proporcionadas ao trabalhar a temática da aculturação, racismo e qualidade de vida, torna-se possível planejar políticas públicas e intervenções que visam tanto a conscientizar a população brasileira a este tema tão emergente, quanto a apresentar possibilidades de acolhimento e fomentação de direitos humanos para a população migrante.

Palavras-chave: Migração haitiana. Aculturação. Qualidade de vida. Racismo.

⁹⁰ E-mail: ezequielcargnelutti@gmail.com.

APOIO SOCIAL ONLINE EM IMIGRANTES HAITIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

João Luís Almeida Weber, Cristiano Hamann, Ezequiel Simonetti Cargnelutti,
Nathália dos Santos Lobo, Adolfo Pizzinato

O Brasil vem recebendo uma nova onda migratória composta, sobretudo, por imigrantes de países africanos e de haitianos e dominicanos. A partir de 2010, após o terremoto que ocorreu no Haiti, iniciou-se um grande fluxo de imigração haitiana para o Brasil. Em 2013, já havia mais de 13 mil vistos humanitários concedidos a haitianos. Neste contexto, o estado do Rio Grande do Sul vem sendo um dos destinos mais visados e concentra boa parte da população que realizou o processo migratório recentemente. A literatura indica que situações de migração como essa demandam redes de apoio social, que tem um potencial de minimizar (amortecer) os efeitos dos estressores causados pelo processo migratório (*Stress-Buffering Hypothesis*). O presente estudo objetiva identificar articulações de apoio social no uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) por imigrantes haitianos recentes no Rio Grande do Sul. Para isso, foram realizadas entrevistas com haitianos em três cidades gaúchas, acompanhamento de grupos de ajuda em uma instituição de acolhimento e realização de um mapeamento de grupos, páginas e perfis no *facebook*. Os aspectos de apoio social foram analisados nas dimensões Estrutura e Funcionalidade de Rede. O conceito de estrutura busca uma compreensão de pontos objetivos que dimensionem o grau de integração ou isolamento em que o indivíduo está com a rede. Já o aspecto funcional do apoio social refere-se aos aspectos subjetivos, pela percepção do sujeito quanto à disponibilidade e à forma de apoio social que lhe é oferecido. Os aspectos estruturais do apoio social foram relacionados ao acesso às formas de TICs (como em *smartphones* e *lan-houses*), aproximações territoriais (moradia) e grupos de apoio na rede social *facebook*. No que concerne à funcionalidade, são elencadas estratégias dos imigrantes no que se referem a formas de mapeamento territorial, estabelecimento de contato com familiares e amigos, traduções e formas de proteção contra possíveis abusos no Brasil. O presente estudo traça um panorama que pode ser ampliado para outros contextos migratórios, sobretudo de imigrantes econômicos e refugiados, os quais se encontram em situação de vulnerabilidade e, muitas vezes, não conseguem acessar de forma satisfatória pontos de apoio comuns à população local. Fazendo o uso de TICs e mídias sociais, os imigrantes exercem uma autonomia que os aproxima tanto da comunidade imigrante, quanto da população local, facilitando a inserção social e o diálogo com o novo território em que habitam. Desta forma, pode-se pensar em modos para facilitar o acesso à internet e na criação de espaços virtuais especializados e ferramentas que possibilitem reduzir e evitar os estressores atrelados ao processo migratório. Aspectos legais devem abranger as peculiaridades desses processos, especialmente no campo da assistência social, da saúde e dos direitos trabalhistas e previdenciários, focos importantes de vulnerabilidade para a comunidade imigrante atual.

PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO COMO FATOR IMPULSIONADOR DE MIGRAÇÕES E A RELAÇÃO COM DIREITOS HUMANOS E IDENTIDADE

Nicole Sberse Morás⁹¹, Rodrigo Müller⁹²

A história mostra que, desde a antiguidade até a contemporaneidade, houve várias mudanças nos modos de produção e de trabalho. A revolução industrial (séculos XVII – XIX) colocou o homem e a máquina em um relacionamento híbrido de produção de bens de consumo, tendo, a partir de então, complexificado as relações humanas, entre homem/meio ambiente e homem/máquina/meio ambiente, alterando profundamente a estruturação social. O fim da II Guerra Mundial alavancou novas percepções e estruturas sociais, tendo como um de seus efeitos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela então recém-criada Organização das Nações Unidas, como ideal comum para os seres de todos os povos, independente de seus arranjos enquanto Estado. Quase ao mesmo tempo e como resultado de um processo histórico que se caracteriza pela diminuição de fronteiras, pelo aumento da comunicação e da inserção de tecnologias no cotidiano, a globalização pode ser ponto de discórdia quanto às suas vantagens ou problemas. Porém é inegável dá-la como inevitável e, até mesmo, irreversível. A globalização atingiu patamares complexos de interações e relacionamentos. As fronteiras simbólicas e físicas estão cada vez “menores”. Dentro desse contexto e pelo viés da modernidade líquida, o capital às vezes se torna maior separador do que as próprias fronteiras geográficas, reforçando a relação entre renda, trabalho e organização social. As mudanças no mundo do trabalho acontecem rapidamente. As revoluções não demoram mais séculos, as relações e as apropriações de ferramentas de trabalho e seus usos mudam velozmente e com frequência. É a partir da substituição de mão de obra humana por máquinas, como uma consequência da globalização, que Zygmunt Bauman caracteriza os novos seres migrantes como refugos, como o lixo da sociedade e como vilões. Nesse movimento, marcado por um conflito entre local e global, a própria noção identidade se liquefaz, dificultando a percepção de si mesmo e, quem dirá, do outro, gerando pessoas e sociedades cada vez mais individualistas. Adaptar-se é necessário, estar *out* ou *in* faz a diferença, seja no sentido identitário, no trabalho ou nos relacionamentos humanos. Assim, esse trabalho faz uma revisão bibliográfica das principais obras de Bauman, amparado e contraposto às visões de outros importantes autores contemporâneos, apresentando como a globalização está relacionada a movimentos migratórios, pensando e analisando de maneira complexa como fica a questão da identidade desses novos migrantes e como os Direitos Humanos estão ou não presentes no mundo globalizado em um âmbito de migrações.

Palavras-chave: Globalização. Migrações. Identidade. Direitos humanos. Capital. Trabalho.

⁹¹ Univates. nicolemoras@gmail.com.

⁹² Univates. rodrigomarques93@gmail.com.

PROCESSOS MIGRATÓRIOS E A RELAÇÃO DE POSSIBILIDADE DO SER COM O OUTRO

Artur Lazzari⁹³, Rodrigo Müller⁹⁴, Sabrina Thais Petter⁹⁵

Migrar é um movimento recorrente na história da humanidade, desde os tempos “pré-históricos” até o período contemporâneo. Adaptar-se a novos lugares e se estabelecer ou manter-se em movimento podem ter ligação ao pertencimento ou rechaço de membros envolvidos nesses processos, a crises econômicas, a disputas territoriais/culturais, por planos políticos, dentre outros motivos. O presente trabalho busca explorar as concepções de territorialidade, pertencimento e reconhecimento (enquanto processos de percepção do outro). A partir de pesquisa bibliográfica se buscará analisar como se dá a questão da relação do ser com o meio no qual ele se insere, levando em conta as organicidades já anteriores a sua presença e como se dá a recepção/aceitação/adaptação deste “estranho”. Laços remanescentes, novas “ligações” e rupturas, os processos de inter-relação, reconhecimento e participação, em novos territórios que já possuem seus organismos estruturados, os quais devem ou não comportar o migrante. Desenvolver a percepção de si, e como esse sujeito se vê no grupo, partindo da compreensão que há uma reciprocidade nas influências e relações desse com o grupo e a inviabilidade de dominação unilateral de um grupo por completo, convergem para a necessidade desse ser como um que se desenvolve em ambos os planos, tanto interno quanto na sua externalidade. Tal tarefa pode se mostrar um tanto quanto ambiciosa, por tentar trabalhar áreas extremamente complexas, contudo o intuito é de realizar uma pesquisa bibliográfica e exploratória, na intenção de propor intersecções entre áreas diversas do conhecimento. Para a pesquisa exploratória há possibilidade de se buscar, através de entrevistas semiestruturadas, algumas das percepções da sociedade civil (em seu panorama geral) acerca desse corpo estranho que se insere em meio a uma comunidade orgânica. Para a identificação do ser, é necessário, anteriormente, o movimento interno de auto compreensão, o qual desemboca numa forma de ser própria, esta é a que se apresenta na inter-relação, sendo assim, é a partir do movimento prévio interno que a pessoa se abre para uma compreensão. A liberdade como um direito fundamental humano (de primeira dimensão), constitui a autonomia do ser, ou seja, a capacidade deste gerir e determinar-se por conta própria. Essa liberdade só pode ser efetiva, quando da consonância entre o si próprio e o meio. Sendo assim, torna-se pertinente a presente e transfacetada proposta de reflexão.

Palavras-chave: Identidade. Migrações. Inter-relação.

⁹³ Univates. arturlazzari@gmail.com.

⁹⁴ Univates. rodrigomarques93@gmail.com.

⁹⁵ Univates. sabrinapetter@hotmail.com.

O TRANSMIGRANTE HAITIANO NUMA PEQUENA CIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

Rosmari Terezinha Cazarotto⁹⁶, Margarita Rosa Gaviria Mejía⁹⁷

Este trabalho se propõe a analisar a peculiaridade da situação dos imigrantes haitianos em uma pequena cidade do interior do RS, onde o processo migratório apresenta certas especificidades em relação às grandes metrópoles. Para pensar esta realidade partimos do pressuposto teórico que define a migração como um processo social de mobilização de pessoas no espaço. Na abordagem teórica contemporânea as categorias do transmigrante e do transnacionalismo tem sido selecionadas como eixo da análise do fenômeno. O primeiro por se tratar de um sujeito participante de múltiplas territorialidades e, o segundo, porque estuda os fenômenos migratórios como um aspecto social complexo, que envolve local de origem, de destino e as redes sociais que estabelecem entre estes locais e pelo percurso, respectivamente. Hoje, a circulação e a comunicação estão na esteira das possibilidades advindas do processo de globalização. Paralelo a isso, as crises econômicas provocaram transformações sociais em escala mundial, a qual implicou na mobilidade e flexibilidade dos fatores produtivos, entre eles, a mão de obra, a que acentuou as migrações no mundo. Observa-se que os fluxos percorridos pelas redes, no caso em estudo, os transmigrantes, buscam se fixar no espaço que compõe a cidade de Encantado RS. E é ali que as relações sociais acontecem e se dinamizam. Assim, a interação social do migrante no lugar de assentamento torna-se um importante elemento a ser considerado dentro das práticas transnacionais. A cidade passa a ser lugar de relações, de contatos, de criatividade e de inovação. Algumas repercussões da recente imigração haitiana na cidade de Encantado são percebidas em mudanças na paisagem da cidade. Dentre elas: a revitalização do Movimento Leigo Scalabriniano, a vinda do Padre haitiano, aumento de trabalhadores na indústria de alimentos, ativação de um "call center", novas demandas de consumo de produtos no mercado. As expressões culturais de haitianos e outros estrangeiros na vida cotidiana de Encantado levam à configuração de um cenário heterogêneo em termos culturais. Diversidade manifesta em múltiplos contextos: a comunicação em diferentes línguas (*créole* ou francês, português, italiano, espanhol), o convívio entre pessoas de diversas origens étnicas e sociais; os hábitos alimentares diversos, novos ritmos musicais, como o *Compas*, orientações religiosas variadas. A vivência no cotidiano dessa diversidade traz novos desafios e conflitos na interação com o outro.

Palavras-chave: Migração. Haiti. Transmigrante. Cidade pequena.

⁹⁶ Professora e pesquisadora da Área das Humanidades do CCHS da Univates, Lajeado-RS.

⁹⁷ Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) e do CCHS da Univates, Lajeado-RS.

REPRESENTAÇÕES SOBRE MIGRAÇÃO HAITIANA: UM ESTUDO NA MÍDIA IMPRESSA DO VALE DO TAQUARI

Fabiane Baumann⁹⁸

A pesquisa busca analisar o discurso midiático sobre migração haitiana no Vale do Taquari – Rio Grande do Sul, focando nas matérias veiculadas na mídia impressa (acervo dos Jornais O Informativo e a Hora). O período da pesquisa abrange a partir de 2012, ano em que se iniciou o processo de migração para a região, até o momento atual. Este estudo vincula-se à pesquisa *Imigração de haitianos para o Brasil: análises de um processo em construção a partir de um estudo de caso*, desenvolvida na Área de Humanidade do Centro Universitário UNIVATES, RS. A proposta é mapear as visões sobre a migração bem como a visibilidade do tema, através da frequência e do espaço que ocupa na pauta desses jornais. Através da análise de discurso é possível uma abordagem reflexiva das representações sobre o imigrante haitiano investigando como se constroem os discursos sobre o processo migratório e as possíveis interfaces entre estes discursos com o campo dos direitos humanos. Analisar categorias como trabalho e direitos humanos e as percepções sobre o imigrante na mídia nos ajuda a compreender como as técnicas da informação visibilizam e/ou potencializam as representações sobre a imigração haitiana na região. Além disso, caracterizar esse fluxo migratório e, em que medida, ele tem sido visto como um fenômeno passageiro ou permanente, é outro aspecto fundamental para a compreensão do discurso midiático e suas representações. A categoria trabalho parece ser fundamental para a compreensão da migração haitiana no Vale do Taquari. A partir das representações na mídia sobre imigrantes haitianos e trabalho é possível perceber, por exemplo, quais espaços estão sendo vistos como “lugar desse imigrante” e como isso se relaciona com a própria percepção dos imigrantes quanto ao lugar social que desejam ocupar nesse novo espaço. Outra questão seria abordar como essas representações estão articuladas a um contexto mais amplo e como são influenciadas pelas dinâmicas sociais e mudanças conjunturais. Este estudo é o início de uma investigação mais ampla sobre as representações de outros grupos sociais com relação à migração haitiana e como estas se articulam na construção dos discursos sobre os fluxos migratórios no Vale do Taquari, bem como em outros espaços.

Palavras-chave: Imigração haitiana. Representações. Mídia.

⁹⁸ Univates. fbaumann@univates.br.

IDENTIDADE, CULTURA E PRECONCEITO: O ACOLHIMENTO AOS IMIGRANTES LATINOS NO VALE DO TAQUARI

Isabel Cristina Mera Marin⁹⁹, Márcia Solange Volkmer¹⁰⁰

As sociedades dos países latino-americanos constituídas a partir do projeto colonizador europeu, se desenvolvem com referência ao conceito de inferioridade de si mesmas, em oposição às sociedades europeias e norte-americanas. Na segunda metade do século XIX, para alterar essa situação e dotar os países de civilidade e desenvolvimento, os intelectuais latino-americanos propõem uma medida que possibilitaria a alteração da configuração social da população. No Brasil, pretende-se que a população seja mais branca, laboriosa e de boa conduta, para o que a vinda dos imigrantes europeus será incentivada. Esse processo estimula a valorização do elemento europeu em detrimento dos grupos sociais indígenas e africanos. No Vale do Taquari, onde o processo de colonização estimulou a vinda de famílias europeias ao longo do século XIX, ainda percebe-se o preconceito em relação aos demais grupos. Essa situação é vivenciada por jovens estudantes de diferentes países latino-americanos que residem na cidade de Lajeado para realizar um semestre de estudos no Centro Universitário UNIVATES. Este estudo, portanto, pretende analisar a percepção desses estudantes em relação ao acolhimento recebido na cidade. A pesquisa, através de um estudo de caso, realizou entrevistas com cinco intercambistas provindos de distintas cidades da Argentina, Colômbia e México. Diante da ideia de um Brasil do Carnaval, da cultura alegre e das características latinas, os jovens de idades entre 20 e 28 anos, conhecem uma realidade distinta, inseridos em um espaço no qual a valorização da cultura europeia ainda está presente. Trata-se de uma sociedade que se orgulha do seu passado de imigração, e que vê no elemento branco o reconhecimento da sua identidade. Essa característica, na percepção dos intercambistas latinos, faz com que recebam um acolhimento distinto, e percebam um preconceito em relação ao seu local de origem, quando comparado com os intercambistas europeus. Para os estudantes entrevistados, o idioma espanhol, para além de representar um problema para a comunicação, constitui-se como um elemento identitário que gera preconceito. De maneira geral, não acontece um estreitamento das relações com a população local, os vínculos são esporádicos e determinados pelas diversas situações cotidianas. Os estudantes ressaltam a importância do vínculo institucional, e do apoio recebido pela universidade para a sua inserção no local de estudo. No entanto, chama-lhes atenção o tratamento distinto que recebem de algumas pessoas não vinculadas à instituição, demonstrando a existência do preconceito na sociedade local.

Palavras-chave: América Latina. Preconceito. Intercâmbio. Estudantes.

⁹⁹ UNIMINUTO/UNIVATES. isabel.marin@universo.univates.br.

¹⁰⁰ UNIVATES. marciavolkmer@gmail.com.

ETNICIDADE E IDENTIDADE: O PASSADO DE IMIGRAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Jéssica dos Santos¹⁰¹, Márcia Solange Volkmer¹⁰²

Ao longo do século XIX, a política de atração de imigrantes do governo brasileiro estimulou a chegada de milhares de europeus ao Rio Grande do Sul, com o objetivo de ocupar terras e desenvolver a agricultura nos espaços definidos para a colonização. Os filhos e netos destes imigrantes, sobretudo alemães e italianos, constituem grande parte da população do atual município de Imigrante, localizado no Vale do Taquari. Esta pesquisa tem como objetivo o estudo do processo de emancipação política deste município, ocorrido em 1988, e a constituição da sua identidade municipal. Formado a partir da união de dois territórios distintos, Arroio da Seca (pertencente à Estrela, de cultura alemã) e Daltro Filho (pertencente à Garibaldi, de cultura italiana) o Município de Imigrante quando emancipado pretende constituir uma identidade que une as duas culturas, com referência ao passado de imigração da região. Partindo do estudo do contexto histórico da imigração e do processo de emancipação, estudam-se os elementos que constituem a nova identidade do município, representada nos seus símbolos oficiais. Da mesma forma, a partir do estudo dos registros paroquiais, livros de matrículas escolares e entrevistas estudam-se as efetivas relações entre os dois grupos étnicos no período anterior à emancipação política. O território que hoje constitui o município possuía uma área pertencente à Colônia Teutônia, colonizada por imigrantes germânicos a partir de 1868, e outra área que pertencia à Colônia Conde D'Eu, ocupada pelos imigrantes italianos a partir de 1870. No ano de 1988, quando através de um plebiscito as duas comunidades votam pela união de ambos os territórios, faz-se necessária igualmente a construção de uma identidade municipal que congregasse todos os moradores. Nesse sentido, a referência ao passado de imigração, e posituação da presença e atuação dos imigrantes europeus, garantiria os elementos que serão utilizados para a caracterização de um município representado pela união de duas culturas distintas. Considerando o afastamento geográfico e a distinção religiosa (maioria de católicos em Daltro Filho e de luteranos em Arroio da Seca) a pesquisa evidenciou um pequeno grau de relacionamento entre os dois grupos no período anterior à emancipação. No entanto, a distinção cultural e o passado de imigração nos dois espaços foram os elementos utilizados na constituição da identidade do novo município.

Palavras-chave: Imigração. Emancipação. Município de Imigrante. Identidade.

¹⁰¹ Univates. jesi.dos.santos@hotmail.com.

¹⁰² Univates. marciavolkmer@gmail.com.

GT PROCESSOS HISTÓRICOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS (PARTE 2)

Coordenadores: Luís Fernando Laroque e Neli Teresinha Galarce Machado

AS RELAÇÕES DOS GUARANI COM OS ESPAÇOS OCUPADOS E AS "MIGRAÇÕES FORÇADAS" EM TERRITÓRIOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS TAQUARI-ANTAS E PARDO

Tuani de Cristo¹⁰³, Luís Fernando da Silva Laroque¹⁰⁴, Neli Teresinha Galarce Machado¹⁰⁵

Anterior à chegada dos ibéricos na América, este espaço era ocupado por centenas de sociedades ameríndias. Os Guarani eram um desses coletivos indígenas que viviam no continente e que recorriam as suas próprias lógicas culturais para ocupar, movimentar-se e classificar os territórios ocupados. Há cerca de 3.000 anos os Guarani iniciaram sua expansão territorial do norte do Brasil em direção ao sul da América Meridional, chegando aos territórios que atualmente configuram o estado do Rio Grande do Sul, áreas onde exerceram o ñande *reko*. Com a chegada dos europeus e os contatos interétnicos entre ambos os grupos, conflagraram-se alguns conflitos principalmente no que se refere a ocupações territoriais e questões políticas. O objetivo proposto neste trabalho é analisar os processos de migrações dos Guarani entre as reduções e tradicionais áreas indígenas localizadas em territórios da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas e Pardo. A metodologia consiste em uma análise descritiva e qualitativa com a utilização da abordagem etnohistórica no tratamento das fontes bibliográficas e documentais no sentido de se perceber algumas historicidades Guarani. Os procedimentos metodológicos com base em teóricos da cultura e territorialidade estão fundamentados em revisões bibliográficas, assim como a análise documental de Cartas Ânua dos Manuscritos de Ângelis que abordam as missões jesuíticas da Província do *Tape* no século XVII. Como resultados parciais destacamos que a etnia Guarani pertence ao Tronco Linguístico Tupi e a Família Tupi-Guarani, esta sociedade por muitos anos exerceu o domínio sobre um vasto território brasileiro. Após sua expansão para o sul da América Meridional, seguindo o curso das principais Bacias Hidrográficas e seus afluentes, ao Guarani se estabelecem em territórios do atual estado do Rio Grande do Sul. Os ambientes escolhidos para se assentarem eram nas imediações dos rios *Tebiquari*, *Mboapari*, *Caii*, *Igaí*, seguindo uma lógica de subsistência e de cosmologia do ñande *reko* Guarani. Nestas áreas ocupadas, os Guarani exerceram sua lógica cultural, como as relações familiares e grupais, por meio, das classificações territoriais: os *Guará*, *Tekohá* e *Teii*. Todavia, a partir do século XVII os jesuítas adentram esses territórios precitados e passam a realizar alianças com alguns grupos Guarani, fundando as missões jesuíticas. Ao longo deste processo, os missionários sugeriram transmigrações, como nos casos dos coletivos liderados pelos Caciques *Quarae* e *Nae*. Os motivos alegados pelos jesuítas para as transferências baseavam-se nas dificuldades de acesso e de subsistências dos territórios já ocupados. Havia ainda os casos de migrações forçadas por conflitos entre indígenas e missionários, como no caso de *Tayubai* que abandonou a redução de San Miguel e se estabeleceu no *Ibiá*. Todavia, nem todos os grupos concordavam com o pedido, pois a relação dos Guarani com os territórios segue a lógica do ñande *reko*, acarretando em conflitos culturais com os padres. Como considerações finais salientamos que os Guarani possuíam uma lógica territorial distinta das concepções europeias, o que gerava alguns conflitos culturais, em que ambos os grupos tentavam defender a sua lógica cultural.

Palavras-chave: Guarani. Território. Ñande Reko. Jesuítas. Migração.

¹⁰³ Univates, tcristo@univates.br.

¹⁰⁴ Univates, lflaroque@univates.br.

¹⁰⁵ Univates, ngalarce@univates.br.

CIDADE COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA: MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS KAINGANG NO VALE DO RIO DO SINOS – TERRA INDÍGENA *POR FI GÂ*

Emeli Lappe¹⁰⁶, Luís Fernando da Silva Laroque¹⁰⁷

Os Kaingang são povos Jê tradicionalmente ocupantes do Brasil Meridional. Segundo relato dos antepassados Kaingang era comum descansarem nestas áreas durante as visitas realizadas a Porto Alegre para negociar com o Presidente de Província. Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo averiguar o contexto das movimentações dos Kaingang para o contexto urbano na cidade de São Leopoldo, no Vale do Rio do Sinos. A metodologia da pesquisa é qualitativa com análise de conteúdo e os aportes teóricos são estudo sobre cultura e territorialidade. De acordo com as pesquisas realizadas, a Terra Indígena *Por FiGâ*, que significa na língua Kaingang o território do pássaro fêmea *Por Fi*, localiza-se na área urbana do município de São Leopoldo, consiste em um território considerado tradicional para os Kaingang, pois neste espaço antes da chegada de imigrantes alemães, localizavam-se aldeias Kaingang. Embora somente no século XX os Kaingang intensificaram viagens mais sistemáticas para a referida localidade, reiteram tratar-se de um tradicional território do grupo. Sendo assim pelo levantamento realizado na pesquisa os locais habitados pelos Kaingang na cidade de São Leopoldo a partir das últimas décadas do século XX foram sete: a) o primeiro se localiza na rua Caxias; b) o segundo se localiza à margem da rodovia BR 116; c) o terceiro é o local onde hoje passam os trilhos do trem; d) o quarto é a atual vila dos Tocos; e) o quinto é novamente à margem da BR 116; f) o penúltimo fica na rua São Domingos, onde permaneceram cerca de seis anos; g) e o último está sendo a atual Terra Indígena *Por FiGâ*. Foi em 1989, que os Kaingang, recorrendo a deslocamentos mais sistemáticos, retornaram para a cidade de São Leopoldo. O interesse dos indígenas estava voltado à venda de artesanato, como no tempo dos antigos. Passaram a empreender movimentos migratórios entre São Leopoldo e Nonoai, onde até então viviam muitos dos seus parentes. Inicialmente, os Kaingang não tinham moradia fixa nesse centro urbano e ficaram fazendo acampamentos provisórios e sistemáticos. As famílias Kaingang que, atualmente, estão em São Leopoldo são provenientes da TI Nonoai, Ligeiro, Votoro e Guarita, portanto constituem-se de comunidades ligadas por laços de parentesco. Por fim, constata-se que os Kaingang residentes na Terra Indígena *Por FiGâ* fizeram suas movimentações para a cidade por estas terem sido erguidas em seus territórios tradicionais. Salienta-se também que pelo fato da caça e coleta ter ficado reduzido às cidades passou a ser o espaço para comercialização do artesanato e de melhores oportunidades de acesso à saúde, educação e sustentabilidade econômica.

Palavras-chave: São Leopoldo. Movimentações. Territorialidade. Kaingang.

¹⁰⁶ Univates. emelilappe@universo.univates.br.

¹⁰⁷ Univates. lflaroque@univates.br.

MOVIMENTAÇÕES TERRITORIAIS KAINGANG NO VALE DO TAQUARI E DIREITOS HUMANOS: INTERCONEXÕES NECESSÁRIAS

Fabiane da Silva Prestes¹⁰⁸, Luís Fernando da Silva Laroque¹⁰⁹, Gabriel Devitte¹¹⁰

Os Kaingang representam a maior população indígena do Brasil Meridional, somando aproximadamente 38 mil indivíduos. Esse grupo indígena encontra-se distribuído em quatro estados brasileiros como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, e constitui-se como o mais numeroso povo indígena do sul do Brasil, falantes da língua pertencente à família linguística Jê. Este estudo tem como objetivo analisar aspectos da sustentabilidade, conhecimentos tradicionais e processos migratórios povo Kaingang, no contexto dos direitos humanos, em territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. As Terras Indígenas em estudo são *Pó Mág*, em Tabaiá, a *JamãTjTãnh*, em Estrela, e a *Foxá*, em Lajeado, as quais possuem uma ligação muito forte entre elas, já que juntas compõem o grande território Kaingang, cujas marcas retrocedem ao passado. Essas Comunidades estão ligadas cosmologicamente e, além disso, lutam juntas pela efetividade de seus direitos. Trata-se de um estudo empírico, os procedimentos metodológicos consistem em revisão bibliográfica, diários de campo e entrevistas com indígenas que são realizadas pelo método da história oral. Parte-se do reconhecimento dos povos indígenas e de seus conhecimentos tradicionais, perpassando pelo processo histórico do povo Kaingang, onde se percebe o simbolismo em relação aos tradicionais territórios, e os processos migratórios e as relações desse povo com o ambiente. Conclui-se que os processos migratórios entre os Kaingang ocorrem em decorrência da necessidade de se obter determinados materiais para produção de artesanato, e em busca de melhores condições de vida, próximas à centro urbanos, onde o fluxo de pessoas permite a venda de seus produtos, bem como o acesso ao trabalho formal. Normalmente, é um grupo familiar que migra, precedido por um dos integrantes ou possuindo referências do local e de parentes que possam lhes fornecer auxílio até a efetiva instalação. No que tange aos direitos humanos, a trajetória de efetivação, com base no reconhecimento e respeito à diferença, foi extremamente singular. Sabe-se que ainda perduram preconceitos em relação a estes povos, os quais, ainda são vítimas de discriminação. Dessa forma, resta evidente a importância da interculturalidade e do respeito à diversidade. A conservação da cultura desses povos representa a efetividade dos direitos humanos, já que, direito à diferença e autodeterminação estão consolidados em inúmeros instrumentos nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Direitos humanos. Territorialidade. Sustentabilidade. Interculturalidade. Migrações.

¹⁰⁸ Doutoranda do PPGAD/Univates. Bolsista PROSUP/CAPES. fabianeprestes@gmail.com.

¹⁰⁹ Professor/Univates. lfaroque@univates.br.

¹¹⁰ Bolsista Extensão Univates, Curso de História. gadevitte@hotmail.com.

PROCESSOS DE TERRITORIALIDADE KAINGANG ENVOLVENDO A TERRA INDÍGENA *JAMÃ TÏ TÃNH*, ESTRELA/RS

Juciane Beatriz Sehn da Silva¹¹¹, Luís Fernando da Silva Laroque¹¹²,
Ernesto Pereira Bastos Neto¹¹³

O território que compreendia entre os atuais estados brasileiros de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a Província de Misiones, na Argentina, pertence tradicionalmente ao povo Kaingang. Sempre fez parte da lógica Kaingang a movimentação pelo seu tradicional território a fim de desenvolverem suas atividades de subsistência material e de reprodução social. A trajetória do grupo que atualmente constitui a Terra Indígena *Jamã TÏ Tãnh*, localizada no município de Estrela, se insere nesta lógica de movimentação espacial, através da qual existe uma relação de pertencimento com o espaço ocupado, na medida em que seus antepassados passaram pelo Vale do Taquari e neste espaço deixaram as marcas de sua ocupação. O objetivo deste estudo será discutir os processos de territorialidade, sentidos e práticas pelos quais o grupo da Terra Indígena *Jamã TÏ Tãnh* tem firmando sua relação de pertencimento com o atual espaço ocupado. Para tanto, o evento da duplicação da BR 386 que afeta diretamente o grupo em questão, trará importantes possibilidades de análise da questão estudada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório e indutivo. Na realização deste estudo nos baseamos na revisão bibliográfica de livros, artigos, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado. Também realizamos uma busca documental junto ao Ministério Público Federal de Lajeado, onde tivemos acesso a diversos documentos sobre a referida Comunidade Indígena, tais como laudos antropológicos, pareceres, procedimentos administrativos e ofícios. Além disso, nos utilizamos da metodologia de História Oral durante à pesquisa de campo, tanto na *emãJamã TÏ Tãnh*, como no contato com os atores e agências oficiais ou não ligadas à pesquisa. Ainda, nos valem de diários de campo elaborados durante os estudos de campo na Terra Indígena, os quais constam dados importantes sobre o cotidiano do grupo, seus anseios, lutas e conquistas. Ressalta-se que também faremos uso do acervo documental do Projeto de Extensão “História e Cultura Kaingang em Territórios da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas”, do Centro Universitário Univates, na forma de diários de campo e acervo jornalístico. Como base teórica para a análise dos dados obtidos por meio dos procedimentos metodológicos recorreremos aos estudos sobre territorialidade, fronteira e etnicidade. Dentre os resultados preliminares deste estudo destaca-se a (re)significação das práticas tradicionais de territorialidade Kaingang que vão ao longo dos tempos adquirindo novos sentidos, sendo que estes adaptam-se perfeitamente aos padrões culturais do grupo em questão. Há toda uma relação de pertencimento dos Kaingang da Terra Indígena *Jamã TÏ Tãnh* essa região conhecida como Vale do Taquari e o fato de ocuparem espaços em contextos urbanos e estabelecerem nele uma aldeia fixa, *não restringe* suas tradicionais movimentações que sempre fizeram para satisfazer suas necessidades físicas e culturais. Convém ressaltar que atualmente suas terras representam uma parcela muito pequena daquele território tradicional, sendo esta uma questão crucial para pensarmos a territorialidade indígena.

Palavras-chave: Kaingang. Movimentação espacial. Reconhecimento. Territorialidade.

¹¹¹ Graduada em História pelo Centro Universitário UNIVATES/Lajeado/RS. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário UNIVATES/Lajeado/RS. Bolsista PROSUP-CAPEL. sehn@universo.univates.br.

¹¹² Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário UNIVATES/Lajeado/RS. Doutor em História. lfaroque@univates.br.

¹¹³ Bolsista de Extensão Univates. Graduando do Curso de Licenciatura em História. netobtk@gmail.com.

A INFLUÊNCIA DOS COLONIZADORES EUROPEUS NOS DESLOCAMENTOS GUARANI, NO SÉCULO XVII, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL

Marcos Rogério Kreutz¹¹⁴, Neli Teresinha Galarce Machado¹¹⁵

Estima-se que o processo de colonização pelos indígenas Guarani, na porção territorial conhecida como Vale do Taquari, drenada pela Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, Estado do Rio Grande do Sul, tenha iniciado por volta do século XIII. Datações radiocarbônicas realizadas em sítios arqueológicos localizados nos municípios de Marques de Souza, Cruzeiro do Sul e Muçum, inseridos na bacia hidrográfica, demonstram que a ocupação fora ao longo de pelo menos 600 anos, entre os séculos XIII e finais do século XVIII. Até princípios do século XVII, sociedades Guarani colonizaram partes do referido território, não de forma homogênea ou exclusiva, fixando-se nas planícies ao longo dos principais rios e arroios, entre eles o Rio Taquari e o Forqueta. Promoviam deslocamentos no referido espaço, baseados em questões sociais, políticas ou econômicas, comuns à sua cultura. A partir da década de 1620, os deslocamentos Guarani passam a sofrer pressões externas, em função da vinda dos novos colonizadores, em um primeiro momento por influência dos jesuítas espanhóis e bandeirantes paulistas. O objetivo do presente estudo é demonstrar os fatores que interferiram nos processos de territorialização e desterritorialização dos Guarani no espaço Vale do Taquari, passando pela significativa ocupação, redução e reocupação de aldeias no referido território nas primeiras décadas do século XVII. Para elaboração do presente estudo, utilizou-se a metodologia qualitativa-descritiva, e os instrumentos metodológicos foram: a pesquisa bibliográfica, documental, especialmente baseadas no relato dos jesuítas espanhóis contidas nas Cartas Anuais, atividades de campo e análise de datações radiocarbônicas. Embora tenha-se avançado nos estudos em relação ao referido grupo, constata-se que existem muitas lacunas ainda para serem preenchidas sobre a colonização de indígenas Guarani no espaço Vale do Taquari. Mesmo não sendo claros os objetivos dos jesuítas em relação aos indígenas Guarani, baseadas na descrição das Cartas Anuais, e nas análises das datações radiocarbônicas obtidas a partir de fragmentos vegetais carbonizados associados a cultura material encontrada nos sítios arqueológicos, pretende-se apresentar os deslocamentos das sociedades Guarani nas primeiras décadas do século XVII, em função do contato entre indígenas, jesuítas espanhóis e bandeirantes paulistas. Ao mesmo tempo, o estudo contribui para a formação de uma consciência para preservação do patrimônio arqueológico e histórico.

Palavras-chave: Deslocamentos. Guarani. Jesuítas. Bandeirantes. Século XVII.

¹¹⁴ Univates, mrk@bewnet.com.br.

¹¹⁵ Univates, ngalarce@univates.br.

MOVIMENTAÇÕES ENVOLVENDO INDÍGENAS KAINGANG E IMIGRANTES ALEMÃES EM TERRITÓRIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CAÍ

Moisés Ilair Blum Vedoy¹¹⁶, Luís Fernando da Silva Laroque¹¹⁷,
Neli Teresinha Galarce Machado¹¹⁸, Pedro Bitdinger Soliz¹¹⁹

No século XIX, o avanço da frente de expansão do Estado Nacional brasileiro em direção ao planalto do Rio Grande do Sul, a partir da ocupação de territórios da Bacia Hidrográfica do Caí, se fez através da instalação de imigrantes alemães. Este processo acarretou uma fronteira interétnica entre indígenas Kaingang e imigrantes alemães, intensificando relações de aliança e conflito entre ambos os grupos. O presente trabalho tem como objetivo analisar o avanço da frente de expansão do Estado Nacional brasileiro e as movimentações envolvendo indígenas Kaingang e imigrantes alemães em territórios da Bacia hidrográfica do Caí. A pesquisa é qualitativa e de cunho etnohistórico. Os procedimentos metodológicos com base em autores que tratam da territorialidade, fronteira e cultura, consistiu na análise bibliográfica e fontes documentais. Considera-se que o território e suas distintas concepções foi um fator determinante na relação entre indígenas Kaingang e imigrantes alemães, tanto no âmbito dos conflitos como das movimentações. Por se tratar de um espaço de disputa entre as duas etnias, a gradual perda do território fez com que os Kaingang intensificassem suas movimentações e investidas guerreiras frente ao invasor seguindo a lógica cultural nativo, e aos imigrantes coube concretizar as movimentações estabelecidas pelo governo. Salienta-se que em relação aos Kaingang, o que os diferenciava em relação ao imigrante, eram seus valores simbólicos e padrões comportamentais relevantes para a identidade dos indivíduos em relação ao território. Neste trabalho, buscou-se apresentar o movimento das colônias ao longo da Bacia Hidrográfica do Caí, o qual provocou o contato interétnico entre imigrantes alemães e indígenas Kaingang. Apontando que, a colonização alemã estava inserida dentro do processo instável de consolidação do Império e de modernização do Brasil do século XIX, o qual o Kaingang, detentor destes territórios não era considerado. Também analisou-se movimentos da Frente de Expansão, em aspectos como à transferência da responsabilidade pela colonização do Império para a Província, e o aceleração deste processo com a instalação das colônias particulares em meio ao contexto da Lei de Terras de 1850. Salienta-se que este movimento em direção ao planalto estava inserido dentro do avanço da frente de expansão do Estado Nacional brasileiro onde se destacam outros mecanismos, como a abertura de estradas, companhias de pedestres e bugreiros e os grandes aldeamentos, que tinham como objetivo retirar os Kaingang do seu território. Este cenário levou à intensificação da movimentação entre os imigrantes alemães e os Kaingang, que resultou em momentos de conflito e alianças entre os Kaingang e os imigrantes em questão.

Palavras-chaves: Imigrantes alemães. Indígenas Kaingang. Movimentações territoriais. Bacia hidrográfica do Caí.

¹¹⁶ Graduado em História/Univates, moisesvedoy@gmail.com.

¹¹⁷ Professor/Univates, lflaroque@univates.br.

¹¹⁸ Professor/Univates, ngalarce@univates.br.

¹¹⁹ Bolsista Fapergs. Graduando em História Univates, pedro.soliz@univates.br.

A TERRA INDÍGENA *PÓ MÁG*, TABAÍ-RS, NO CONTEXTO DAS MOVIMENTAÇÕES DE RETERRITORIALIDADE KAINGANG E BUSCA PELA GARANTIA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Jonathan Busolli¹²⁰, Luís Fernando da Silva Laroque¹²¹

Os Kaingang são um grupo indígena pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê que assim como os Xogleng fazem parte das populações Jê meridionais, constituindo-se no terceiro maior grupo populacional indígena do Brasil. Seus tradicionais territórios distribuíam-se originalmente pelos atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, alcançando também a Província argentina de Misiones. Em contrapartida às políticas de expulsão de seus territórios posto em prática pelo Estado brasileiro no decorrer do século XIX, os Kaingang vem protagonizando desde a segunda metade do século XX um processo de reterritorialidade, levando à criação de terras indígenas em regiões localizadas em territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas, Sinos e lago Guaíba, sendo a mais recente delas a Terra Indígena *Pó Mág*, localizada no município de Tabaí-RS. Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de instalação da Terra Indígena *Pó Mág* no contexto das movimentações migratórias Kaingang e seu protagonismo na busca pela garantia dos seus direitos constitucionais. A pesquisa tem como base metodológica o estudo qualitativo com análise de conteúdo e os procedimentos metodológicos contaram com a revisão bibliográfica e o levantamento documental e etnográfico, sendo estes visitas às terras indígenas documentadas através da elaboração de diários de campo e da realização de registros fotográficos. Como resultados, tomando por base aportes teóricos sobre territorialidade, cultura e educação indígena, aponta-se que o processo de instalação da Terra Indígena *Pó Mág* se deu no contexto das medidas compensatórias da duplicação da rodovia BR 386 destinadas às comunidades Kaingang atingidas direta ou indiretamente pelas obras, sobretudo devido às lutas empreendidas pelos Kaingang no sentido de garantir a continuidade de seus saberes tradicionais e pelo respeito a seus direitos constitucionais em relação ao acesso à saúde e a educação diferenciada, uma vez que, analisando-se o processo histórico, percebe-se que a sociedade não indígena envolvente impõe aos Kaingang suas próprias concepções organizacionais, sejam elas no âmbito social ou religioso, além de minimizar e invisibilizar a presença indígena. Conclui-se, dessa maneira, que apesar das dificuldades vivenciadas pelas populações indígenas e neste caso, pela comunidade Kaingang da Terra Indígena *Pó Mág*, o protagonismo de suas lideranças vem garantido melhorias contínuas no acesso a uma saúde e a uma educação diferenciada que leve em consideração sua própria cultura e identidade.

Palavras-chave: Kaingang. Reterritorialidade. Terra Indígena *Pó Mág*. Educação indígena. Saúde indígena.

¹²⁰ Graduado em História/Univates. E-mail: jonny-sk8@hotmail.com.

¹²¹ Professor/Univates. E-mail: lflaroque@univates.br.

KAINGANG E MOVIMENTAÇÕES TERRITORIAIS: HISTÓRICO TERRA INDÍGENA PÓ NÃNH MÁG, EM FARROUPILHA/RS

Marina Invernizzi¹²², Luís Fernando da Silva Laroque¹²³

Os Kaingang pertencem ao tronco linguístico Jê e fazem parte da família linguística Macro Jê. No sul do Brasil Meridional ocupavam um espaço localizado, desde as bacias hidrográficas do rio Jacuí até as bacias do rio Uruguai. Entretanto, seu tradicional território estendia-se também por áreas brasileira de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Misiones, na Argentina, este último até o século XIX. Atualmente, são um grupo étnico que constituem aproximadamente 38 mil indivíduos. Características deste grupo os definem como culturalmente ligados ao seu tradicional território em processos de movimentações de subsistência. As frentes de expansão, principalmente durante o século XIX, adentraram com seus mecanismos e atingiram seus espaços territoriais Kaingang. No Rio Grande do Sul os territórios Kaingang foram palcos do projeto colonizador, que se caracterizou pelas aberturas de estradas e ocupações de imigrantes alemães e italianos. Os contatos interétnicos geraram conflitos acarretando na tentativa do confinamento em aldeamentos destes Kaingang, por ação coesiva ou violenta. Assim, ocorreu uma gradual diminuição dos espaços por onde os Kaingang se movimentavam, bem como um processo de desterritorialização dos indígenas. Entretanto, os Kaingang desenvolveram adaptações a este novo estilo de vida, atualizando sua história e cultura. Este processo de reterritorialização dos Kaingang continua durante os séculos XX e XXI. O objetivo deste estudo é apresentar as movimentações indígenas e a historicidade Kaingang na Terra Indígena *Pó NãnhMág*, município de Farroupilha-RS. A metodologia deste estudo é qualitativa com utilização de uma abordagem etnohistórica e os procedimentos metodológicos consiste na análise de entrevistas, diários de campo e registros fotográficos com base em referenciais teóricos da cultura, territorialidade e etnicidade. Como resultados parciais apontamos que o conhecimento deste Kaingang quanto à região da Serra Gaúcha sempre foi presente e que as movimentações territoriais para venda de artesanato ocorrem desde a década de 1990. Em meados dos anos 2000 os Kaingang iniciam um processo de negociação com o município de Farroupilha que em 2007 concede uma área no Bairro Nova Vicenza para estas famílias. O nome *Pó NãnhMág* significa montanhas, morros, com araucária que vivem próximos de nós. Estima-se que na atualidade vivam 70 indivíduos na área. Como considerações finais, constata-se que, mesmo com as ressignificações culturais na história dos Kaingang, a cultura pauta o cotidiano do grupo, que age ativamente em busca dos seus direitos na sociedade atual.

Palavras chave: Movimentações. Território. Kaingang. História. Rio Grande do Sul.

¹²² Mestranda no PPG Ambiente e Desenvolvimento – Univates. Bolsista PROSUP-CAPES. minvernizzi@universo.univates.br.

¹²³ Doutor em História – Unisinos. Professor do Univates. lflaroque@univates.br



UNIVATES

R. Avelino Tallini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95900.000 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09